

UMA AMOSTRA DE ENUNCIADOS DO GRAU COMPARATIVO NOS MATERIAIS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA ANALISADOS VIA TEORIA DAS OPERAÇÕES PREDICATIVAS E ENUNCIATIVAS

Marília Dias Ferreira¹

RESUMO: Este é um trabalho voltado para o estudo do grau comparativo enquanto marca linguística e dos sentidos que essa construção pode gerar. As lineares são aquelas que apresentam uma propriedade que determina tanto o comparante quanto o comparado em algum grau (igual; menos ou mais); enquanto as complexas são aquelas em que a propriedade colocada em jogo apresenta um grau zero ou nulo na determinação do comparado em relação ao comparante. Para explicar o movimento de linguagem feito por essas sentenças para dar conta de suas significações nos aportamos, especialmente, na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli, porém, buscamos, também, suporte em fundamentos lógico-filosóficos, gramaticais e semânticos. Além disso, o trabalho apresenta uma leitura contrastiva, fundamentada na teoria Culioliana, da trajetória dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e dos Conteúdos de Base Comum para o Ensino Fundamental e Médio, de Minas Gerais em torno do estudo de línguas estrangeiras, na escola regular. Por meio das noções culiolianas nossas análises conseguem marcar o domínio nocional dos enunciados comparativos situando as sentenças lineares no interior desse domínio e as complexas, no exterior, recorrendo às operações de negação. Como resultado dessas análises, apresentamos uma proposta didática para o estudo de graus nesses materiais didáticos, reconstruindo exercícios propostos, que sugerem atividades metalinguísticas para chamar atenção dos alunos para a significação desses enunciados articulando léxico e gramática, além de ensinar a construção morfossintática pretendida por esse tipo de material.

Palavras-chave: Grau comparativo; Teoria culioliana; Análises; Proposta didática.

ABSTRACT: This is a work focused on the study of comparative degree as a linguistic marker and the senses that this construction can generate. Linear sentences are those which have a property that determines both the comparing term and the compared one to some degree (equal, less or more); meanwhile the complex ones are those in which the property put into game features a zero or null degree in specification of compared term in relation to the one we are comparing. In order to explain the movement of language made by these sentences to account for their meanings we invest especially in the Theory of Predicative and Enunciative Operations by Antoine Culioli. Before that it was also necessary to search for foundations in logical-philosophical, grammatical and semantic grounds. Furthermore, this paper presents a contrastive reading of the trajectory of National Curriculum Parameters for High School and Contents of Common Ground for Elementary and High School in Minas Gerais around the study of foreign languages in regular school, founded in Culioli theory. Through the notions that involve extra-linguistic reality and the subjects enunciator and/or coenunciator our analyses can mark the notional field of comparative statements placing linear sentences in an inner position of that domain and the complex ones in an outer placement without leaving the domain, resorting to denial operations. As a result of these analyses, we present a didactic proposal to the degree study in these textbooks, rebuilding proposed exercises, by suggesting metalinguistical activities to draw students' attention to the significance of these statements articulating lexicon and grammar, besides teaching morphosyntactic construction required by this material.

Keywords: Comparative degree; Culioli theory; Analyses; Didactic Proposal.

¹ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP – FCLAr - Câmpus Araraquara/SP. Profa. de Língua Inglesa do IFTM – Câmpus Avançado Uberaba Parque Tecnológico – (CAUPT/MG) marilia@iftm.edu.br.

1 Considerações iniciais

Este trabalho é um recorte da tese² de doutoramento que apresenta o resultado de reflexões e análises suscitadas por inquietações ao longo de nossa trajetória profissional no ensino de Língua Inglesa. Ele trata do estudo do grau comparativo enquanto marca linguística e dos sentidos que essa construção pode gerar.

Nossa pesquisa está diretamente relacionada ao projeto **Articulação léxico e gramática e organização de domínios nocionais: novos desdobramentos**, enquadrado na linha de pesquisa **Ensino e aprendizagem de línguas**, sob a orientação da Profa. Dra. Lectícia Marcondes Rezende, no Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, da UNESP – Campus de Araraquara.

A presente pesquisa faz um percurso para realizar análises semânticas das sentenças comparativas encontradas nos materiais didáticos de língua inglesa, tanto nos livros didáticos quanto nas gramáticas usados no Ensino Médio.

Desse material separamos quatro livros didáticos e quatro gramáticas dos quais elegemos dezenove sentenças para compor o *corpus* de análise com o objetivo de responder a indagações em torno dos sentidos trazidos por essas sentenças, separando-as, ainda na fase inicial desta pesquisa, em sentenças lineares e complexas.

Embasados pela definição de comparação apresentada na gramática tradicional e sob um enfoque lógico, nós separamos as sentenças comparativas em lineares e complexas. As **lineares**, como aquelas que apresentam uma propriedade que determina tanto o comparante quanto o comparado em algum grau (igual; menos ou mais); enquanto as **complexas** identificam aquelas em que a propriedade colocada em jogo apresenta um grau zero ou nulo na determinação do comparado em relação ao comparante. Havia uma lógica linear elementar nas primeiras e uma falta de lógica comparativa nas segundas, nessa abordagem lógico-gramatical.

O presente estudo tem por ponto de partida o estudo da estrutura morfossintática, visando a estabelecer quais são os pontos problemáticos ao se definir a formação do grau comparativo, confrontando-se os aspectos estruturais formativos com os aspectos semânticos, os quais são colocados pela gramática como óbvios ou já-dados.

Nos enunciados complexos foram confrontadas as relações lógicas com a semântica das estruturas gramaticais e pudemos observar como elas se distanciavam: a lógica-gramatical percorria um caminho e a semântica percorria outro. Para tentar esclarecer ao nosso leitor mostramos a seguir um questionamento elementar proposto aos alunos em sala de aula quando introduzíamos o capítulo sobre o grau comparativo, especialmente nas aulas de língua inglesa.

Colocávamos de pé dois jovens adolescentes (A e B), com estatura média – entre 160 e 165 cm –, com massa corporal média de 60 Kg. Ambos não apresentavam gorduras excessivas, então,

² Uma análise do grau comparativo nos materiais didáticos de língua inglesa via teoria das operações predicativas e enunciativas – 2015 - Marília Dias Ferreira – UNESP – FCLAr - Araraquara / SP.

socioculturalmente, eles são classificados como ‘magros’. No entanto, os alunos construíam relações comparativas entre eles dizendo que: A é mais gordo do que B; ou B é mais gordo do que A. Daí, conduzíamos um debate entre eles para que percebessem que a predicação base entre os dois era ‘magro’ e não ‘gordo’, de acordo com as referências socioculturais trazidas por todos nós. Apresentávamos-lhes, também, definições do que é ‘comparar’ e ‘comparação’.

Nesse movimento entre conceitos e definições aliado ao conhecimento constituído por eles ao longo de suas vidas, eles percebiam que a comparação linear se dá por alguma relação de similitude (estabilidade) e não de antagonismo (instabilidade). Logicamente falando, eles alteravam suas inferências para: A é tão magro quanto B; ou B é mais magro do que A. No entanto, eles também percebiam e compreendiam o movimento interpretativo percorrido no primeiro enunciado produzido por eles, agora entendido como um enunciado complexo: A é mais gordo do que B (que não é.).

Os raciocínios lógico-matemáticos elementares do tipo acima nos levaram a aspirar a outro tipo de gramática, a qual não fosse só normativa, mas também reflexiva, posto ainda que as gramáticas buscaram sua essência na lógica.

Começamos, então, a nomear essas inferências contra-lógica de “enunciados complexos”, confortavelmente aportados no interior dos livros didáticos e das gramáticas em uso. Tais enunciados estão bem localizados nas gramáticas e nos livros didáticos de língua inglesa, mas, ao longo do trabalho de pesquisa, percebemos que as mesmas colocações também se dão na língua portuguesa, em língua falada e escrita.

Nossa escolha por esse objeto de investigação se deu, especialmente, pelos questionamentos em torno do estudo formativo do grau comparativo com sua significância, ao longo do exercício de magistério; e pelo desejo de encontrar uma fundamentação teórica que pudesse dar conta de explicar os processos invisíveis que nos permitem entender as sentenças que denominamos de complexas. Na prática docente ficava uma lacuna interrogativa ansiosa por justificar a compreensão dos enunciados que fugiam da linearidade lógico-matemática³.

Após muitas indagações em nosso percurso de pesquisa, nos concentramos em encontrar a resposta para uma única pergunta que conseguiu estabelecer a rota do nosso trabalho: O que nos faz entender enunciados comparativos que apresentam propriedades determinantes lógico-gramaticalmente opostas?

³ A Lógica Matemática é o emprego da lógica formal visando ao estudo do raciocínio matemático, ou de acordo com Church (1996), de uma lógica que é tratada pelo método matemático. O objeto da Lógica, enquanto Ciência, é o estudo dos métodos e princípios que permitem separar os raciocínios válidos dos não-válidos. Os lógicos e filósofos do começo do século XX queriam provar que a matemática, ou pelo menos parte dela, poderia ser reduzida à lógica. Frege, por exemplo, tentou reduzir a aritmética à lógica e, no clássico *Principia Mathematica*, Russel e Whitehead tentaram reduzir toda a matemática existente em lógica. Um dos seus princípios lógico-semânticos era que a descoberta da forma lógica de uma frase revela, de fato, a forma precisa de dizê-la, ou ainda, revela um tipo de essência que essa frase consegue esconder. Há um consenso de que essa redução tenha falhas, ou precisa de ajustamentos; assim como há um consenso de que a lógica, ou pelos menos certa lógica, é um modo exato de representar o raciocínio matemático. A TOPE nos conduz, exatamente, para o encontro da atividade epilingüística na busca da significação no momento em que o recurso lógico-matemático se esgota no ato enunciativo.

A partir desse questionamento o trabalho redefiniu sua rota, inserindo nossa pesquisa numa nova fase, com um novo objetivo: explicar a compreensão semântica das sentenças complexas, apesar da falta de lógica-gramatical delas.

Por conta do desejo de compreendermos os enunciados chamados de complexos, aceitando-os da mesma forma que lidamos semanticamente com os enunciados lineares passamos a buscar um quadro teórico que pudesse percorrer os caminhos semânticos da linguagem para responder a esse outro questionamento.

Precisamos esclarecer aqui que apesar de termos percorrido outros espaços teóricos, como a lógica, a gramática e a semântica para servirem de estandarte ao nosso objeto de investigação e referência em nossas análises, foram imprescindíveis a busca e o encontro de uma teoria da linguagem. Sem ela não teríamos conseguido explicar a compreensão natural das sentenças complexas, apesar da falta de lógica que elas demarcavam no início da pesquisa.

Dentro do quadro teórico da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), encontramos uma explicação linguagística envolvendo os sujeitos enunciadore e/ou coenunciadore no processo da significação fazendo um percurso que consegue mostrar o encestamento simultâneo da trilogia sujeito/linguagem/língua para dar conta de estabilizar de forma harmônica esses enunciados lógico-gramaticalmente instáveis.

Nossa pesquisa trata as colocações comparativas, nessa nova fase, numa abordagem enunciativa tanto para os enunciados lineares quanto para os complexos. Embora os estudos teóricos lógicos pareçam suficientes para interpretar os sentidos dos enunciados lineares eles não perdem sua proximidade com a TOPE no ato enunciativo, devido ao lugar interior que elas ocupam dentro do domínio nocional. Já os enunciados complexos apresentam uma falta de lógica, que passamos a considerar aparente, nesse quadro teórico, porque eles transformam uma mesma representação deslocando seu posicionamento para o exterior sem sair do domínio nocional.

O sentido se estabelece pela guia que o sujeito faz num movimento linguagístico plástico para encontrar a estabilidade dos lineares a partir da aparente instabilidade dos complexos. Essa compreensão é viabilizada no campo dos sentidos pelo conceito de noção culioliana, com todas as suas propriedades agregadas, e o estabelecimento do domínio nocional.

As propriedades da noção culioliana somadas às operações da linguagem estabelecem generalizações que conseguem justificar melhor as análises das sentenças do grau comparativo em nossa pesquisa. Ao percorrer as operações de linguagem compreendemos os movimentos feitos pela linguagem não mais como “erros lógicos ou desvios”, como eles eram vistos numa fase inicial da pesquisa, mas sim como operações mais densas/profundas para se chegar à estabilidade.

Compreendemos, nessa teoria, que as operações de negação são importantes para a construção de novos significados. Em sentido clássico, a negação é uma ausência ou vazio de existência. Ela, especialmente, aponta marcas aspectuais e modais. No entanto, a negação, segundo

essa teoria, é um operador para se construir novos significados, justificando, sem dúvida, muitas de nossas análises semânticas.

2 Comparação

Vejamos, pois, as definições de **comparar e comparação** no dicionário Houaiss (2001, p. 773):

comparar - transitivo direto e bitransitivo. 1 relacionar (coisas animadas ou inanimadas, concretas ou abstratas, da mesma natureza ou que apresentem similitudes) para procurar as relações de semelhança ou de disparidade que entre elas existam; cotejar.

Ex.: <c. Epicteto e Marco Aurélio> <c. os homens com os primatas> <c. a melancolia à saudade> transitivo direto e bitransitivo 2 Uso formal: aproximar dois ou mais itens de espécie ou de natureza diferente, mostrando entre eles um ponto de analogia ou semelhança. [...]

comparação - substantivo feminino. ato ou efeito de comparar 1 cotejo, confronto 2 Rubrica: retórica, estilística. figura que consiste em aproximar e cotejar duas idéias ou coisas que tenham similitude total ou parcial, para criar uma tensão poética ou visando à clareza 3 Rubrica: gramática, linguística. paralelo feito entre dois termos de um enunciado com sentidos diferentes; é uma construção sintática em que um dos membros (o comparado) se define pelo que se sabe do outro [o comparante] (p. ex.: dirige como um louco; nossa partida, um drama, foi retardada pela greve). Obs.: cf. metáfora e símile.

Elegemos os conceitos de comparar, e o de comparação, do dicionário Houaiss, para problematizar o próprio conceito de comparação. Nesse sentido, encontramos em Almeida (1960, p. 135) que “um adjetivo está no grau comparativo quando exprime uma qualidade em relação a outras coisas que também a tenham em porção igual, menor ou maior”. A definição de Almeida enquadra nossas sentenças lineares, porém, as complexas são construídas numa relação de comparação em que o comparado passará a ser determinado pelo que se sabe do determinante, embora o determinado não apresente a base determinante, ou seja, a qualidade referida por Almeida (1960).

No que se refere à comparação dos adjetivos, de acordo com Eckersley & Eckersley (1980, p. 70, tradução nossa), “usamos uma inflexão denominada **comparação** quando se compara ou se contrasta uma coisa com outra(s) a respeito de um determinado atributo”⁴. Para eles, uma comparação pode expressar igualdade, superioridade ou inferioridade. Isso quer dizer que uma comparação pode afirmar que duas representações possuem uma determinada qualidade no mesmo grau - igualdade -, ou em graus diferentes - superioridade ou inferioridade. A comparação pode, também, expressar supremacia da representação a respeito de determinado atributo.

A obra de Eckersley & Eckersley (1980) é uma gramática normativa referência em todo o mundo, no que se trata do sistema da língua inglesa. No entanto, podemos observar a linearidade dessa definição de comparação, a qual não se refere à possibilidade de se comparar duas ou mais

⁴ When one thing is compared or contrasted with another (or others) in respect of a certain attribute, we use an inflection called COMPARISON.

representações envolvendo atributos diferentes ou inexistentes para uma delas. E é nesse tipo de comparação que repousamos os enunciados aos quais foram chamados de complexos na fase inicial da pesquisa.

Caso tenhamos as representações A e B com uma base atributiva referente às duas, ao mesmo tempo, como *bonito*, por exemplo, então podemos compará-las, linearmente, seguindo a definição acima, sem problemas lógicos, dizendo:

A é tão bonito quanto B;

A é mais bonito do que B;

A é menos bonito do que B, ou o inverso, de acordo com a guia do sujeito.

Em qualquer dos casos o atributo da beleza é propriedade de ambas, sendo modificado apenas pela intensidade da gradação comparativa, numa determinação de quantidade.

Porém, caso tenhamos as representações A e B apresentando um atributo que seja propriedade de apenas uma delas, não conseguimos mais estabelecer uma relação de comparação linear lógico-gramatical. Se A é bonito, mas B não é, podemos compará-los pela ausência da propriedade beleza criando uma complexidade significativa que foge aos limites lógicos evidentes de uma comparação linear. Então, teríamos: *A é bonito, mas B não é, logo A é mais bonito do que B (que não é)*. Sendo A o termo comparante, entendemos que ele detém a propriedade de <ser bonito> no interior do domínio nocional de beleza em oposição a B, que não possui tal propriedade. Mesmo assim, conseguimos estabelecer uma relação comparativa em que B vai se localizar no exterior do domínio nocional de beleza, numa relação de negação/complementaridade com a noção de <ser não-bonito>. Por outro lado, dizer que *B não é tão bonito quanto A* ou que *B é menos bonito do que A* implica a construção de enunciados inaceitáveis, pois seria conceder linearmente a B uma certa quantidade de beleza que ele não possui, enquanto propriedade.

Por conta dessas inquietações semânticas observadas nas construções comparativas temos investigado autores com indagações próximas às nossas e encontramos em Carlos Vogt (2009) questionamentos e algumas respostas muito pertinentes em torno do comparativo. Ele nos chama a atenção para uma significação que vai além da lógica buscar apoio na intersubjetividade para dar conta dos sentidos.

Ele nos fala do termo **lógico** referindo-se a uma concepção de linguagem enquanto raciocínio (VOGT, 2009, p. 35), lembrando-nos de que essa é uma capacidade própria do ser humano na busca do entendimento. Há, então, a necessidade de se conceber um mecanismo que seja mais abrangente para descrever o sentido nas línguas naturais. A ampliação desse mecanismo deve se dar via mente e corpo: fundindo o caminho percorrido pelas lógicas existentes e possíveis com o lugar no qual repousa o acontecimento da atividade linguística. Neste espaço a linguagem se define como gesto, atitude e, acima de tudo, intenção. Como tais acontecimentos linguísticos são dependentes da vontade humana, vemos a linguagem como uma prática que aciona o **eu** e o **outro** num movimento intersubjetivo.

Segundo Vogt (2009, p. 54), nos enunciados comparativos, há um contexto situacional que determina uma predicação como **favorável** ou **desfavorável** ao comparante e ao comparado.

Os termos *favorável* e *desfavorável* [...] recobrem dois conceitos opostos, mas de uma simplicidade evidente. Quando digo que tal elemento linguístico constitui um argumento *favorável* a um outro elemento, do ponto de vista semântico, o que quero dizer é que, como no caso da comparação, o elemento favorecido é compensado negativamente no desfavorecimento do outro e vice-versa. Deste modo é que do primeiro se poderão tirar conclusões favoráveis, da mesma forma que do segundo se tirarão conclusões desfavoráveis.

Podemos exemplificar isso da seguinte forma: João é conhecido no espaço mencionado e José não é. João tem 190 cm de altura e José tem 185 cm de altura. Ambos são altos, mas não exatamente iguais. Então podemos dizer que

João é mais alto do que José (1);

José é menos alto do que João (2) ou

José não é tão alto quanto João (3).

Na sentença (1) já nos fica evidente o estatuto de altura favorável a João e por conta dessa favorabilidade compreendemos o esquema A é + p do que B, no qual A é o comparante, B, o comparado e p é a predicação/argumento.

A análise semântica que se dá à estrutura comparativa deve se efetivar em relação ao tema (comparante ou comparado) e ao comentário (predicação num dado grau), na qual “o comentário se apresenta como um argumento ‘em favor’ do tema.” (VOGT, 2009, p. 57).

O tema e o comentário são permutáveis do ponto de vista sintático, mas não do ponto de vista argumentativo, isto é, se B é um argumento favorável a A, então A é um argumento desfavorável a B. Tal particularidade dá à comparação um caráter argumentativo por excelência... (VOGT, 2009, p. 57).

Isso nos leva a concluir que por conta desse caráter argumentativo da comparação não é possível analisar a questão do grau em termos de uma medida classificatória, quer dizer, a partir da informação objetiva.

O significado da apresentação semântica da comparação como estrutura de argumentação quer dizer que ela cria no próprio ato enunciativo uma escala na qual os enunciados se apresentam numa relação de grau (mais, menos, igual). E devido a essa relação de grau, os enunciados possuem uma ambiguidade estrutural – a qual se refere à organização que se dá ao **tema/comentário** – voltando-se muito mais para a argumentação a favor de determinado julgamento do que para a informação.

Que um enunciado comparativo possa significar lógica e objetivamente uma relação de medida e de quantidade é uma decorrência da própria natureza argumentativa desta construção, isto é, é um resultado que se pode indiretamente obter quando o equilíbrio dinâmico dos ‘mais’ e dos ‘menos’ se vê fixado num ponto de igualdade ou de

diferença entre os termos comparados. Tal fixação – que é produzida pelo artifício lógico que consiste em esvaziar a relação de seu dinamismo, como já afirmara Sapir, – não constitui senão uma situação particular dentro da possibilidade argumentativa que é própria desta construção. (VOGT, 2009, p. 207).

Lembramos bem aqui que a teoria culioliana não apresenta o par **argumento/informação** porque o sujeito está localizado no interior do processo avaliando, ponderando e modalizando. O enunciado já traz consigo uma história de língua e de gramática que ao encontrar o sujeito adquire modalizações, aspectos, diáteses, etc.

Não devemos tomar a efetivação da comparação por meio das construções comparativas numa escala objetiva de grau como uma condição que determina *a priori* a estrutura dessas construções para não cometermos um equívoco. Um equívoco que

[...] nasce de um apriorismo lógico absolutamente indevido, porque conduz a uma interpretação semântica que, dada a pretensão de objetividade lógica que se propõe, não faz mais do que responder a certas circunstâncias de emprego objetivo ou informativo, deixando um residual de fenômenos, que testemunham muito fortemente, para que se possa escondê-los. (BENVENISTE, 1948 apud VOGT, 2009, p. 213).

Diferentemente disso, considerando essas construções sob o ponto de vista da argumentação, o que é uma característica própria delas, a descrição semântica que podemos fazer não atende apenas às circunstâncias objetivas, mas também ao movimento feito pela intersubjetividade, nas quais situam um

[...] espaço cheio das motivações profundas do *eu* e do *outro*, em que a linguagem é o instante necessário de toda provisoriedade. Aqui já não há referência fixa e a palavra envolvente torna-se palavra envolvida. Atores das dicotomias da ciência, o sujeito e o objeto transformam-se na relação primitiva de eu e do mundo e criam na passagem um intervalo proibido e brilhante, o intervalo semântico do *interdito*, da proibição (VOGT, 2009, p. 213).

O sujeito e o objeto se constituem num momento precedente ao intervalo do nascimento matemático:

[...] espaço em que a memória da igualdade é também nostalgia da diferença. *Igual*, *mais* e *menos* são realidades e não conceitos. Por isso a igualdade argumentativa já é passagem para uma diferença: *A é tão p quanto B* enuncia uma igualdade de A e B relativamente a p, mas de modo a apreciar A como provavelmente *mais* e B como necessariamente *menos*. A direção do *favorável* e do *desfavorável* é dada pela presença do *eu* e do *tu* como intenção do ato de linguagem: comparar não é ainda medir e muito menos classificar. É abrir, de forma primitiva, o espaço em que o eu e o mundo poderão, depois, tornar-se na relação lógica do sujeito e do objeto, mas também na relação poética de uma identidade capaz de toda a diferença: a metáfora (VOGT, 2009, p. 226).

Conceber estaticamente a estrutura comparativa em que se trata matematicamente a igualdade e a diferença, enquanto relações objetivas entre dois termos, consiste no obscurecimento do valor semântico de tal estrutura. Isso se explica porque é exatamente nesse lugar, aparentemente estático, que ocorre um movimento que expressa uma intersubjetividade considerada inseparável/inalienável.

Teoricamente poderíamos considerar que o ponto de vista informativo, que é lógico e estático, precisa se aliar ao ponto de vista argumentativo, capaz de fazer deslocamentos dinâmicos não-lógicos, para dar conta dos níveis linguísticos de análise da estrutura comparativa. A interdependência dos componentes argumentativo e informativo pode balancear o movimento e a rigidez, próprios da estrutura comparativa, quando se trata da igualdade.

Vogt (2009), em seu trabalho desenvolvido com o comparativo, tenta evidenciar que a descrição semântica do comparativo não pode ficar presa ao engessamento de uma representação em se tratando de uma metalinguagem lógica. Não existe, a princípio, nem medida nem grau. O que existe é só uma predicação original, a qual deixa fazer um julgamento relativo com a tarefa de localizar a subjetividade enquanto espaço indispensável para existência da linguagem.

E, como esta subjetividade não é mais do que negação da subjetividade do outro, do *tu*, de toda enunciação, é no intervalo desta negatividade que a semântica deverá produzir a linguagem como intersubjetividade. [...] o comparativo é privilegiado para ilustrar a necessidade desta semântica de intervalo. [...] esse privilégio [...] revela a necessidade de pensar a semântica para além dos limites formais que o instrumental lógico da ciência determina. (VOGT, 2009, p. 289-290).

A subjetividade referida só emerge na situação enunciativa, quando se coloca em relação o determinante e o determinado sob o ponto de vista dos sujeitos enunciadores e/ou coenunciadores

Nesse trabalho de Vogt (2009), *O Intervalo Semântico*, encontramos apoio para questionar e tentar achar soluções rumo à interpretabilidade das sentenças lineares e complexas do grau comparativo. Embora tenhamos nos apoiado na TOPE para sustentar nossas explicações, compreendemos e respeitamos as diversas teorias linguísticas que, como a TOPE, se esforçam para dar conta do entendimento e dos mistérios da linguagem humana.

Estamos abordando o problema de pesquisa apontado, seguindo passos metodológicos através de investigação, localização, exposição e análise das estruturas formais descritivas do grau comparativo e suas relações lógico-semânticas.

De acordo com a lógica matemática ou simbólica, e até dicionaristas e gramáticos, as relações comparativas se dão quando relacionamos representações de objetos ou seres animados ou inanimados portadores da mesma natureza ou de similitudes procurando entre elas a existência de relações semelhantes ou dessemelhantes. Podemos, também, buscar pontos de semelhança ou de analogia aproximando itens de tipos ou de naturezas diferentes.

Benveniste (1948) já se inquietava a respeito das construções comparativas chamando a nossa atenção para observarmos a existência de construções potencialmente comparativas sem usar as

estruturas tradicionais da gramática. Podemos exemplificar essas construções com um diálogo fictício em que uma mãe A refere-se aos filhos dizendo:

- *Luísa estuda duas horas por dia, enquanto Pedro só larga os livros para comer e tomar banho. Quase nem dorme.*

E a mãe B responde:

- *Pois é. Os filhos assemelham-se aos dedos das mãos. Os meus não são assim tão diferentes, mas conseguem notas suficientes para aprovação na escola.*

No enunciado de A, a construção enunciativa consegue apresentar, via língua, pelo paralelismo estabelecido pela conjunção **enquanto**, uma relação comparativa de superioridade entre os irmãos Pedro e Luísa, na qual Pedro estuda mais tempo do que Luísa. Já no de B, há evidência de uma relação que se aproxima da comparação de igualdade pelo equilíbrio do produto final conseguido: aprovação escolar com um tempo de estudo que pode ser equivalente ou aproximado, sem exagero.

Esse trabalho de Benveniste nos ajuda a enxergar outras possibilidades de comparação sem deixar de mostrar que há estruturas que são mais produtivas (mais... que; menos... que; e tão... como/quanto). No entanto, elas não são definitivas e, muitas vezes, menos expressivas semanticamente.

Tais possibilidades só podem ser compreendidas porque a atividade operatória da linguagem culioliana, por meio da língua, consegue disparar um gatilho envolvendo as operações constitutivas do enunciado (relações primitivas, predicativas e enunciativas) com as atividades de linguagem (3R's), combinando a realidade linguística com a extralinguística.

3 Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE)

Antoine Culioli desenvolveu, em seus trabalhos, uma linguística da enunciação, até certo ponto influenciado por Émile Benveniste. Ao longo dos anos seus estudos foram tomando forma sob a teoria hoje conhecida como Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas – TOPE.

Na TOPE temos o sujeito como enunciador e coenunciador dentro do processo de enunciação na busca da significância. Essa teoria parece-nos dar conta de segmentar nosso objeto de pesquisa e nos conduzir a uma nova investigação: aquela que explica a significação linguística na enunciação, recorrendo ao léxico e à gramática. Apesar da lógica matemática estabelecida pelas estruturas gramaticais do grau comparativo, o campo da significação é atingido pela cadeia internalizada da representação, referenciação e regulação que a linguagem nos oferece.

A partir da TOPE, tornou-se possível, para nós, operar os enunciados complexos em movimentos semânticos cujas propriedades léxico-gramaticalmente opostas permaneciam dentro do mesmo domínio nocional. Isso nos levou a concluir que a falta de lógica identificada naqueles enunciados, na fase inicial da pesquisa, era “aparente”.

Como nos diz Rezende (2000, p. 2), “o conceito de linguagem, enquanto atividade de representação (psicológico), referenciação (sociológico) e regulação (psicossociológico) é sinônimo de reflexão, cognição, pensamento e se constitui na porta de entrada para a reflexão interdisciplinar”.

O conhecimento dessas noções teóricas da TOPE levou-nos a compreender a linguagem como uma atividade de (re)construção que se realiza por meio de operações resultantes da produção de enunciados num determinado momento (tempo), num determinado lugar (espaço), por um determinado (co)enunciador (sujeito), o qual (re)constrói significações por meio da (re)interpretação da realidade extralinguística (física, cultural e psíquica).

Para Culioli (1976), a atividade de linguagem caracteriza-se pela capacidade humana de construir representações mentais baseadas nos universos extralinguístico e linguístico que dão origem às noções, as quais são eixos de propriedades físico-culturais, com suas propriedades particulares; de construir referenciações entre elementos do domínio linguístico e elementos do domínio extralinguístico. E, finalmente, de construir uma atividade de regulação caracterizada por aproximações das representações dos sujeitos enunciativos por meio das referências construídas por cada um, enquanto agente enunciativo e coenunciativo.

3.1 Língua e linguagem, via Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas

A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE) faz uma oposição entre linguagem e línguas colocando a linguagem como atividade operatória e as línguas como sistemas de funcionamento. Assim, Culioli recusa a dicotomia saussureana *langue/parole* recuperando o sujeito como uma entidade com capacidade de se constituir em gênese discursiva (GAUTHIER, 1995).

Antes de Saussure demarcar a Linguística como ciência já se sabia que a linguagem não era ‘propriedade’ exclusiva de uma determinada área. Por causa da sua importância na organização do pensamento e no desenvolvimento do ser humano, outras disciplinas como a literatura, a lógica, a psicologia, a sociologia e as neurociências já necessitavam dela. Cada uma delas faz uma abordagem da linguagem de acordo com o prisma que lhes convém, porém, sempre focadas na linguagem como elemento constitutivo do homem enquanto sujeito.

A origem da teoria da enunciação é atribuída a Émile Benveniste e é de sua autoria a definição canônica de enunciação: “a enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82). Essa “colocação em funcionamento da língua” traz marcas de subjetividade e essas marcas (os interlocutores, o lugar e o momento da interlocução – marcas dêiticas – e as modalidades – marcas não-dêiticas) caracterizam o que Benveniste chama de aparelho formal da enunciação, que comporta, nas produções verbais, a subjetividade dos locutores.

A inserção do sujeito no interior do sistema linguístico é uma hipótese central de que não se pode referir à língua como um sistema totalmente separado de quem a usa e de suas condições de uso. De acordo com Fuchs (1984), esse posicionamento leva a uma troca das abordagens

instrumentais da linguagem por uma abordagem que busca trabalhar com mais precisão na execução das operações construtoras da significação.

Fuchs (1984) nos afirma, ainda, que a construção da significação, quer dizer, a própria linguagem, se apoia nas capacidades que cada indivíduo tem de representar, referenciar e regular e que são essas capacidades que vão autorizar a construção e o reconhecimento de formas usando os agenciamentos dos marcadores em sua língua. Tais conceitos – produção e reconhecimento de formas – se inserem na situação enunciativa e são assimétricos.

Os dois interlocutores assumem ao mesmo tempo os papéis de emissor e de receptor, isto é, no momento da interlocução cada um constrói a produção e a recepção do outro simultaneamente. Isso justifica a nomeação dada por Culioli para estes termos de coenunciadores e de coenunciação.

Dessa forma, Culioli (1999a) recusa um modelo de comunicação linear, no qual exista um universo previamente delimitado, sem modulação e sem adaptação nenhuma. Isso quer dizer que ele marca seu posicionamento contrário à assimilação da linguagem a um código externo aos sujeitos, o que lhes deixaria ter uma comunicação otimizada/ideal.

Por isso afirma Culioli (1999a, p. 19, tradução nossa):

[...] a linguagem não é exterior ao sujeito, [...] ela está em uma relação complexa de exterioridade-interioridade; por outro lado, o código [...] necessita de um suporte [...] porém, sem correspondência biunívoca, caso contrário, não saberíamos explicar a existência dos mal-entendidos, sobretudo pela ocorrência das metáforas⁵.

Pelo contrário, a comunicação supõe ajustamento, regulação e, muitas vezes, não se tem êxito, isto é, há mal-entendido. Por isso, na TOPE, os mal-entendidos, os desvios, os “ruídos” são considerados características da atividade de linguagem, e não exceções: a ambiguidade e a heterogeneidade são, nessa perspectiva, constitutivas da linguagem.

Estamos sempre produzindo e reconhecendo enunciados, cotidianamente, dentro das possibilidades que a língua permite com vistas a contornar os constantes mal-entendidos na tentativa de encontrar a compreensão. Para isso ficamos sempre num processo de montagem e desmontagem de marcas, arranjos, relações e, em consequência, (re)construindo significados e valores. Isso se torna possível porque usamos o processo de parafraseagem, que seria a atividade epilinguística, interna e invisível, a qual colocamos em prática o tempo todo, com capacidade tanto para ampliar e proliferar o significado, estabelecendo ambiguidades, como pode desambiguar, determinar e fechar esse significado.

3.2 Atividade Epilinguística

⁵ [...] le langage n'est pas extérieur au sujet (terme employé, faut de mieux, pour éviter locuteur ou parleur), mais est dans une relation complexe d'extériorité-intériorité; en outre, le code (même dans sa partie collective ou, plutôt, transindividuelle) a besoin d'un support, doit donc coder quelque chose, mais ne saurait être bijectif, car s'il y avait correspondance biunivoque, on ne saurait s'expliquer l'existence des malentendus, voire d'une certaine classe de métaphores.

A atividade epilinguística é, de fato, a produção e o reconhecimento de formas, o diálogo inconsciente, no ato enunciativo, constituído internamente, na interação verbal que se deixa perceber pelas trocas linguísticas autorizadas pela oralidade e pela escrita.

Tal produção ou construção se dá quando um dado sujeito registra linguisticamente suas representações por meio do léxico e da sintaxe de uma língua de acordo com sua própria vivência/experiência. Já o reconhecimento ou a interpretação de formas acontece quando o sujeito se defronta com as formas textuais, tanto escritas quanto orais, e investe estas formas de significado. O material representativo da interação externa (gráfico ou sonoro) precisa de um sujeito para lhe investir significação quando lê e escreve ou quando fala e escuta. Isoladamente, este material não tem significado.

É importante aceitar a ideia de que

[...] a atividade de linguagem não consiste em veicular o sentido, mas produzir e reconhecer formas como traços de operações (representação, referência e regulação). A significação não é, portanto, veiculada, mas reconstruída. A relação entre produção e reconhecimento supõe a capacidade de ajustamento entre os sujeitos. Esta capacidade não permite, senão raramente, um ajustamento estrito⁶ (CULIOLI, 1990, p. 26, tradução nossa).

É graças a esse jogo de intersujeitos que se dá ‘o jogo interpretativo’ dentro do ajustamento.

O saber epilinguístico, que representa o caminho internalizado percorrido pelo sujeito para se chegar a um significado particular, chamado por Culioli (1990) como uma atividade metalinguística inconsciente, também é ativado no aprendizado de uma língua, assim como no momento em que se opera uma tradução.

Segundo a linguística contrastiva, o sujeito faz um caminho internalizado ao produzir enunciados em diferentes línguas. Ao fazer um contraste entre inglês e português, como foi feito neste trabalho, o sujeito tem uma história de marcas de uma língua em qualquer fenômeno de gramática. Por isso ele pode entrar nessa história em busca de marcas que podem abrir alguns espaços e fechar outros enquanto as palavras podem ser/estar ocupadas de formas diferentes.

Quando construímos as formas comparativas “maior que” e “mais grande que”, em português, numa relação com “*bigger than*” e “*rather big than*”, em inglês, empregamos marcas linguísticas diferentes. Isso é um problema de língua, próprio das variâncias linguísticas, mas o problema de linguagem é o mesmo nas duas línguas por conta da invariância linguística, que se estabelece no campo da significação.

A geração de famílias parafrásticas fomenta a atividade epilinguística por meio de enunciados aproximados, cuja aproximação se sustenta por um esquema denominado de léxis, do qual

⁶ [...] *l'activité de langage ne consiste pas à véhiculer du sens, mais à produire et à reconnaître des formes en tant que traces d'opérations (de représentation, référenciation et régulation). La signification n'est donc pas véhiculée, mais (re)-construite. La relation entre production et reconnaissance suppose la capacité d'ajustement entre les sujets. Cette capacité ne permet que rarement un ajustement strict.*

trataremos na atividade linguística na constituição do enunciado. Portanto, qualquer enunciado faz parte de uma família parafrástica, e a escolha ideal de um enunciado no meio dos enunciados equivalentes fica a cargo do coenunciador (escritor, leitor, ouvinte ou aprendiz de uma língua). Como essa escolha é individual, ela pode carregar tanto diferenças superficiais como variações importantes, deixando claro que um mesmo enunciado apresenta múltiplas interpretações. Essas múltiplas interpretações podem ser alcançadas pelos processos dinâmicos ao se trabalhar um enunciado fundamentado na teoria dos observáveis como mostramos a seguir.

3.3 Teoria dos Observáveis

Culioli (1999b, p. 66, tradução nossa) nos propõe uma “teoria dos observáveis”:

Não há linguística sem observações profundamente detalhadas; não há observações sem teoria dos observáveis; não há observáveis sem problemática; não há problemática que não se conduza a problemas; não há problemas sem a busca de soluções; não há soluções sem raciocínio, não há raciocínio sem sistema de representação metalinguística; não há sistema de representação metalinguística sem operações⁷ [...].

De acordo com Culioli, essa teoria nos diz que qualquer procedimento científico de investigação coerente precisa observar, raciocinar, teorizar e depois voltar ao que foi observado para justificar a teoria. Resumindo, ele não se satisfaz com uma idealização falsa, quer dizer, com uma teoria sem a prática da observação. Os linguistas precisam gerar significados aparentados e não aparentados, aumentando os exemplos, as glosas, as paráfrases, os enunciados aceitáveis e possíveis, assim como os inaceitáveis ou impossíveis, porque só assim é possível localizar fenômenos escondidos para podermos problematizá-los e tratá-los.

3.4 Paráfrase

A paráfrase, fundamental nos estudos linguísticos, se apresenta como um conceito impreciso, especialmente nos estudos de base sintático-semântica. Fuchs (1982) define a paráfrase como um ato imediato de consciência linguística dos locutores e um produto de construção teórica simultâneos. Para ela, saber uma língua equivale a produzir e identificar frases que tenham o mesmo sentido.

Cumpri (2008, p. 36) nos reforça a definição dela dizendo que

[...] a atividade parafrástica é atividade linguística dos sujeitos: um trabalho de interpretação e de reformulação de enunciados. Trata-se também tanto da relação

⁷ [...] *pas de linguistique sans observations profondément détaillées; pas d'observations sans théorie des observables; pas d'observables sans problématique; pas de problématique qui ne se ramène à des problèmes; pas de problèmes sans la recherche de solutions; pas de solutions sans raisonnement; pas de raisonnement sans système de représentations métalinguistique; pas de système de représentation métalinguistique sans opérations [...].*

estabelecida entre um enunciado e suas reformulações quanto da relação entre todos os enunciados virtualmente equivalentes numa dada língua.

Ainda de acordo com Fuchs (1982), a paráfrase ou um segundo texto seria um tipo de tradução (e até de interpretação) interlínguas que se realiza a partir de uma reformulação que recupera (bem ou mal) um determinado texto, chamado de fonte.

Achamos pertinente aos nossos estudos a distinção feita por Holmo (2008) entre *glosas* e *paráfrases* para compreendermos as famílias parafrásticas de Culioli que citaremos a seguir.

As *glosas*, para Culioli, seriam os “textos que um sujeito produz quando, de modo espontâneo ou em resposta a uma solicitação, ele comenta um texto precedente”. (CULIOLI, 1999a, p.74 apud HOLMO, 2008, p. 84). A glosa está ligada à atividade epilingüística e tem um papel muito importante no cotidiano dos locutores, pois vai fazê-los entender o sentido de uma frase em uma língua estrangeira ou desambigüizar um enunciado mal interpretado. É importante ressaltar que as glosas epilingüísticas não são totalmente controláveis, pois constituem um sistema de representação interno à língua.

A *paráfrase*, de acordo com o autor, remete a uma atividade regulada, ou seja, tem regras próprias e, por isso, pode ser controlada pelo observador (o lingüista) (CULIOLI, 1976 apud HOLMO, 2008, p. 84). Desse modo, a paráfrase seria uma tentativa, por parte do lingüista, de simular as glosas produzidas pelos sujeitos enunciadorees. Quando o lingüista se faz sujeito enunciador, ele constrói famílias parafrásticas, ou seja, uma “classe de enunciados, que se pode definir como uma classe de ocorrências moduladas”. (CULIOLI, 1990, p. 137 apud HOLMO, 2008, p. 84).

Um enunciado não acontece de forma isolada; ele está sempre em conjunção com outros enunciados aparentados porque ele advém de um esquema de léxis, que é uma matriz enunciativa. Na opinião de Culioli, o único modo de se instalar o problema da paráfrase é pensar na léxis enquanto essa matriz. Diferentes enunciados pertencentes a uma mesma família parafrástica nos são fornecidos por um pacote de relações gerado por um esquema de léxis.

Ainda segundo Culioli (1976, p. 63, tradução nossa), uma família parafrástica se constitui da seguinte maneira:

Considera-se *n* enunciados, dos quais sabe-se intuitivamente que eles estão ligados por um certo número de operações, que são bastante simples, e procura-se verificar se se pode construir as operações que, a partir de uma fórmula, vão permitir que se derivem os enunciados.⁸

Para ele, primeiramente, a relação de paráfrase entre os enunciados acontece intuitivamente: determinamos que um conjunto de enunciados é derivado de um mesmo esquema de léxis e, a partir disso, se faz necessário procurarmos se há regularidades tanto nas derivações quanto nas operações incididas sobre elas enquanto modulações.

⁸ [...] on pose *n* énoncés dont, intuitivement on sait qu'ils sont reliés par un certain nombre d'opérations qui sont assez simples et on cherche à voir si on peut construire les opérations qui, à partir d'une formule, vont permettre de dériver les énoncés.

As manipulações operacionais ou simulações mostram que há relações entre esses enunciados colocando-os em pertencimento de uma mesma família parafrástica. Para isso se faz necessário um sistema de representação metalinguística que marca a equivalência de um conjunto de enunciados, formalmente. Essa equivalência destaca as regras que possibilitam a passagem de um agenciamento a outro, explicando por que tais agenciamentos apresentam valores referenciais muito próximos da equivalência (CULIOLI, 1999a).

Abordaremos as relações primitivas, predicativas e enunciativas enquanto operações constitutivas do enunciado situadas na gênese da significação.

3.5 Operações constitutivas do enunciado

Relações primitivas

Para Culioli qualquer produção significativa tem como arranque as operações constitutivas desenvolvidas pelas relações primitiva, predicativa e enunciativa. A primitiva, a qual se caracteriza pela escolha dos elementos que serão relacionados, precede o momento/ato enunciativo. A léxis, nomeação dada à relação estabelecida entre os elementos escolhidos, acontece, sempre, entre três elementos, dos quais podemos chamar dois de argumentos (x/y – comparante e comparado) e um de relator (R) construindo a relação $x R y$, como gênese dessa enunciação.

Assim, o sujeito enunciador consegue selecionar os termos lexicais $\langle R, x, y \rangle$ de acordo com a esquematização da *léxis*, da seguinte forma: $\langle \text{Canadá}(x)/\text{grande } (R)/\text{Japão } (y) \rangle$. Esse tipo de guia semântica acontece em todo tipo de enunciado. As operações constitutivas do enunciado marcadas pelas relações primitivas, predicativas e enunciativas fazem com que as operações, via língua, construidoras dos enunciados lineares e dos complexos não apresentem diferenças. Portanto, um enunciado valida sua referência sempre de acordo com a guia semântica escolhida pelo ponto de vista do enunciador, como aponta Vignaux (1995).

Estes termos não são passíveis de determinação no que se refere ao eu-aqui-agora da enunciação, sendo ocupados por noções que se relacionam semanticamente. Isso quer dizer que acontece uma guia semântica nessa relação mostrando a origem e direcionando o objetivo da predicação, na qual x demarca a origem de R , e y , o seu objetivo. Determina-se essa orientação/guia por conta das propriedades semânticas das noções, como “grande e pequeno”, “feio e bonito”, “determinado e indeterminado”, etc. Assim como Vignaux (1995, p. 572) compreendemos léxis como uma forma primitiva porque ela é pré-defendida, sem modalidades (já que não se apoia num sujeito-enunciador) e, conseqüentemente, sem predicação.

O esquema de léxis se refere a um esquema primitivo que permite uma colocação prévia de algo no nível do dizível, permitindo a passagem do mundo para a língua, ou seja, do extralinguístico para o linguístico. Numa relação primitiva, partindo do esquema de léxis se constrói o predicado

(termo que relaciona os argumentos) e os argumentos. Cada termo do esquema de léxis conduz a uma noção (da qual trataremos adiante) e, a partir de uma noção, um domínio nocional se constrói. É por isso que a relação primitiva é uma relação entre domínios nocionais, ou seja, entre feixes de propriedades que constituem as noções.

Relações predicativas

No momento em que se organizam os termos escolhidos na léxis surge a relação predicativa. O sujeito-enunciador é quem faz essa organização ordenada por conta da guia/orientação ou do caminho que ele quer que a sua enunciação percorra. Considerando a relação primitiva $\langle x R y \rangle$ pode-se escolher o termo para assumir a posição de x e o que assumirá a posição de y , de modo que o x seja o tema para se construir a predicação, onde vamos ter $\langle \text{Canadá (+) grande (que) Japão} \rangle$. O eixo semântico da predicação se define quando se estabelece o x (*Canadá*), ou seja, o ponto de referência da predicação, estabelecendo ao mesmo tempo o **centro atrator** da léxis.

Não existe uma correspondência obrigatória entre a organização da léxis e a organização do enunciado: a léxis gera formas derivadas naturalmente, via noções, isto é, uma família de enunciados parafrásticos é constituída de uma família de relações predicativas. Aguilar (2007, p. 53-54) descreve com muita propriedade a relação predicativa:

O enunciador vai organizar seu pensamento em relação a uma situação e em relação ao co-enunciador, orientando a relação, escolhendo o ponto de partida do enunciado. Na localização desse termo de origem, ou de referência, identificamos o termo próprio para determinada situação de enunciação por meio da diferenciação baseada na alteridade: “algo é”, considerando o que “não é”. Acionam-se nesse momento três relações: “identificação”, “diferenciação” e “determinação”. A determinação acontece no momento da escolha do termo de origem, que vai servir de delimitador, de “centro atrator”, para o resto da relação construída. Tomemos o exemplo acima: “O menino comprou uma bicicleta”; “menino” é o elemento delimitador e “bicicleta” é o elemento delimitado.

A determinação faz a identificação: no instante em que um dado elemento é delimitado (Canadá/menino), ele se identifica entre os demais, garantindo certa estabilidade do que é determinado/delimitado construindo, simultaneamente, uma atividade de referência que marca uma atividade de diferenciação. A partir disso desencadeia-se a relação enunciativa.

Relações enunciativas

Nesse percurso alcançamos a relação enunciativa, na qual se estabelecem as relações entre sujeito-enunciador (SE), tempo (T) e espaço (E) da enunciação e do enunciado determinando a predicação no que se refere ao eu-aqui-agora da enunciação localizando a predicação numa

determinada ocorrência enunciativa. Essa relação leva em conta os (co)enunciadores e o momento da enunciação, enquanto tempo e espaço: **O Canadá é maior do que o Japão.**

Na relação enunciativa acontecem as operações que sustentam a relação predicativa na situação enunciativa formando os enunciados, estabelecendo a significação. Isso determina/fecha, discursivamente, o que estava aberto e indeterminado nas relações primitivas e predicativas.

Para Culioli, a enunciação é um ato de construção que se realiza por um certo enunciador, numa determinada situação, combinando a intenção do coenunciador estabelecendo uma situação coenunciativa.

De acordo com Vignaux (1995, p. 573), no nível do enunciado, para que essa referência seja validada

[...] vai depender do ponto de vista daquele que enuncia em relação ao que ele supõe ser o pensamento ou a posição de seu interlocutor e o que ele visa construir como sentido, deslocando certo número de significações anteriores, presentes ou possíveis.

Os domínios nocionais são organizados e os valores referenciais são ofertados nessa etapa. Por meio das operações de determinação e de aplicação das categorias de tempo, aspecto e das modalidades, o pré-enunciado chega a enunciado.

3.6 O enunciado

O enunciado se constitui como o objeto de estudo de Culioli e seu reconhecimento é importante para entendermos as relações entre línguas e atividade de linguagem. Culioli (1999a, p. 162, grifo do autor, tradução nossa) define o enunciado como um agenciamento de marcadores:

[...] *agenciamento* indica que nós não trabalhamos com formas quaisquer (existem regras de boa formação), ao passo que o termo *marcador* remete à indicação perceptível de operações mentais, as quais permitem a passagem do nível 1, do qual não temos senão o rastro, ao nível 2, que é precisamente o lugar em que se agenciam os rastros sob forma de enunciados⁹.

Sendo assim, falar em enunciados, na TOPE, significa falar em produtos de uma construção, ou seja, em formas materiais comportando os rastros da estrutura semântica que as fundamenta. O conceito de enunciação propriamente dito corresponde, assim, a mecanismos de linguagem implicados nessa construção do processo significativo.

⁹ [...] **agencement** indique que l'on n'a pas affaire à des formes quelconques (il existe des règles de bonne formation), tandis que le terme **marqueur** renvoie à l'indication perceptible d'opérations mentales, qui font passer du niveau I, dont nous n'avons que la trace, au niveau II qui est précisément le lieu où s'agencent les traces sous forme d'énoncés.

O principal objeto de trabalho da teoria são os enunciados entendidos como formas materiais – organizações de marcadores. Uma vez que se defende a ideia de que não exista um só marcador que não traga em sua memória o rastro de sua gênese constitutiva, é unicamente por meio deles que se pode buscar os mecanismos enunciativos ou que se pode buscar sua estrutura de base.

Na tentativa de analisar enunciados de boa formação executamos algumas manipulações, em construções parafrásticas, para que possamos fazer julgamentos dos resultados. Porém, nossos próprios julgamentos podem sofrer variações, em algumas ocasiões. Isto se explica porque, quando analisamos um enunciado, nossa tendência é dar a ele uma entonação interior, decorrendo, daí, diferenças inconscientes que situam esse enunciado em contextos implícitos entremeados pela plausibilidade – seja ela semântica, sintática ou pragmática – e a aceitabilidade gramatical.

Não podemos deixar de esclarecer que a aceitabilidade de um enunciado não se atém apenas à sua ordenação sintática e a concordâncias gramaticais, mas é imprescindível verificar os sentidos que eles carregam por meio das relações constitutivas do enunciado e das operações de linguagem (3R's) essenciais para estabilizar uma significação contextual.

Isso é um ponto determinante que intercepta tanto os enunciados lineares quanto os complexos por meio da teoria enunciativa, o que nos ajudou a perceber que eles não podem mais ser tratados de formas distintas. A distinção entre enunciados lineares e complexos, criada na fase inicial desta pesquisa a partir da definição de comparação das gramáticas, torna-se **aparente** nesse quadro teórico da TOPE.

Nos enunciados denominados inicialmente de complexos, a oposição é marcada por pares postos como lógico-gramaticalmente contrários (por exemplo, alto x baixo), para determinar o comparante e o comparado. O que torna possível para nós compreendermos essa **aparência opositiva** é a coexistência das duas propriedades opostas num mesmo domínio nocional. Isso endossa a aceitabilidade semântica dos enunciados complexos com a mesma naturalidade com que aceitamos e entendemos os enunciados chamados de lineares.

A respeito da manipulação da sequência textual, Culioli tenta demonstrar o modo de manipulação de uma determinada sequência, visando a fazer julgamentos de aceitabilidade estáveis para uma dada comunidade (a questão das variações subjetivas ou sociológicas extraídas de uma metodologia específica) (CULIOLI, 1990, p. 17).

Observemos exemplos apontados por Culioli:

Se vocês dizem '*o dinheiro é útil*', todo mundo aceita um tal enunciado e lhe atribui um valor genérico. Se eu mudo o determinante, trocando '*o*' por '*do*', obtenho: '*do dinheiro é útil*', que é rejeitado. Se introduzo '*isso*¹⁰', obtenho: '*dinheiro, isso é útil*', que aceitamos. Com '*sempre*', é perfeito: '*dinheiro, isso é sempre útil*'. Se em '*Do dinheiro é útil*' eu transformo o presente em condicional, teremos: '*dinheiro seria útil*', que não é ruim; se acrescento '*bem*', é muito bom: '*dinheiro seria bem útil*'; e, se no lugar do

¹⁰ Tradução de '*ce*', do original francês.

partitivo¹¹ eu coloco *um pouco*, tenho ‘*Um pouco de dinheiro seria bem útil*’, em relação ao qual não há nada a ser dito.¹² (CULIOLI, 1990, p. 17, grifos do autor, tradução nossa.).

Culioli se questiona sobre seu modo de proceder e aponta que buscou produzir “sequências por manipulações reguladas que elas carregam sobre a categoria da determinação (aí compreendida a retomada anafórica) e sobre a categoria da modalidade”¹³ (CULIOLI, 1990, p. 18, tradução nossa).

Algumas dessas sequências serão julgadas inaceitáveis, ao mesmo tempo em que desempenharão um papel importante no raciocínio, isto porque seremos obrigados a entender enunciados bem-formados e enunciados rejeitados pela questão da má-formação. Em meio, portanto, da grande quantidade de fenômenos (variações sociológicas; estilísticas; trocas discursivas; interlocução; entonação etc.), Culioli isolou esse agenciamento e buscou produzir um conjunto de fenômenos cujas transformações morfológicas ele passou a controlar, relacionando-as aos julgamentos de boa formação. Em relação a certos enunciados, estes julgamentos acabarão se tornando estáveis; por isso, haverá um conjunto homogêneo de dados em que serão percebidas a aceitabilidade e a inaceitabilidade, graças ao sistema de representação metalinguística culioliano.

Haverá, ainda, outros casos, em que ocorrerá a flutuação:

[...] seja de grupo a grupo, seja aleatório (gramática subjetiva), seja porque os falantes consultados terão feito variar, inconscientemente, tal ou tal fator (prosódico ou outro). O trabalho do linguista será o de tentar distinguir os fatores em questão, por exemplo, já que temos julgamentos transcategoriais, que trazem para a relação entre determinação e modalidade, e onde, segundo os sujeitos ou as circunstâncias, o informante dará um peso variável a um ou outro componente. Assim construiremos, graças a esta homogeneização local, uma classe de fenômenos possíveis/impossíveis, a qual denominaremos *problema*. Articulando as soluções dos problemas locais, conseguiremos construir soluções generalizáveis e uma teoria global¹⁴ (CULIOLI, 1990, p. 18, tradução nossa).

¹¹ Obs. da tradutora: no francês ocorre o partitivo: *de, du, de la*, correspondente em português a: um pouco de/do/da, um pedaço de/do/da, como em: Comi da sobremesa. Bebi do vinho. Saboreei do bolo etc. Assim, quando dizemos: comi da sobremesa, significa dizer: comi uma parte, um pouco da sobremesa. Comi do bolo, equivale a se dizer: comi uma parte/um pedaço do bolo. Bebi do vinho equivale a: bebi um gole/um pouco do vinho.

¹² *Si vous dites “l’argent est utile”, tout le monde accepte un tel énoncé et lui attribue une valeur générique. Si je change le déterminant, remplaçant le par de le, j’obtiens: “De l’argent est utile” qui est rejeté. Si j’introduis ce, j’obtiens: “de l’argent c’est utile” que l’on accepte. Avec toujours, c’est parfait: “De l’argent, c’est toujours utile”. Si je transforme dans “De l’argent est utile”, le présent en conditionnel, on aura “De l’argent serait utile” qui n’est pas mauvais; si j’ajoute bien, c’est très bon: “De l’argent serait bien utile”; et si, au lieu du partitif, je mets un peu, j’ai “Un peu d’argent serait bien utile”, auquel il n’y a rien à redire.*

¹³ [...] *des séquences par des manipulations réglées qui portent ici sur la catégorie de la détermination (y compris la reprise anaphorique) et sur la catégorie de la modalité.*

¹⁴ [...] *soit de groupe à groupe, soit aléatoire (grammaire subjective), soit parce que les locuteurs consultés auront fait varier, sans en avoir conscience, tel ou tel facteur (prosodique ou autre). Le travail du linguiste consistera à essayer de démêler les facteurs en cause, par exemple, lorsqu’on a des jugements transcategoriels, qui portent sur la relation entre détermination et modalité, et où selon les sujets, ou les circonstances, l’informateur donnera un poids variable à l’une ou l’autre composante. On construira ainsi, grâce à cette homogénéisation locale, une classe de phénomènes possibles/impossibles que l’on appellera **problème**. En articulant les solutions à des problèmes locaux, on essaiera de construire des solutions généralisables et une théorie globale.*

Isso quer dizer que o linguista trabalha sobre formas, sequências textuais que não devemos tomar como são, já que só temos aí algumas regularidades sequenciais; o empreendimento deve ser fazê-las trabalharem sobre si mesmas, submetendo-as, ao mesmo tempo, à evidência do julgamento da aceitabilidade. Nesse fazer, a atividade metalinguística não consciente, existente no seio da atividade de linguagem e constatada desde a infância, vem à tona trazida pelo linguista, por meio de sua prática. Esta prática do linguista, ao mesmo tempo em que se dá de acordo com nossa atividade cognitiva, incomoda constantemente, sendo vista por Culioli como absurda, sobretudo quando tais manipulações geram sequências inenunciáveis, tanto sintática quanto semanticamente, em processos distintos ou simultâneos. Por exemplo, *O Canadá é menor do que o Japão*.

As atividades de linguagem nos permitem construir a significação para distinguir o aceitável do inaceitável num dado contexto.

3.7 Atividades linguagísticas: 3R's (representação; referenciação e regulação)

Em relação à manipulação dos enunciados pelo linguista, Culioli demarca três níveis de estudo. O primeiro nível, *Nível 1*, é aquele das representações mentais (de ordem cognitiva e afetiva), ao qual nós não temos acesso direto (epilinguístico), consciente como material, porém, enquanto processo começa-se a instaurar a acessibilidade porque a atividade parafrástica já se faz presente. O *Nível 2* (linguístico), que é acessível ao linguista, é onde estão as representações das representações mentais, ou seja, constitui-se de traços da atividade de representação do *Nível 1*. Por fim, há um terceiro nível, metalinguístico, que diz respeito às manipulações ou reformulações efetuadas pelo linguista. O *Nível 3* (metalinguístico) é o nível formal, e é constituído por diversas ferramentas metalinguísticas: diátese, quantificação, qualificação, modalização, aspecto, etc., as quais são operações naturais desencadeadas no nível 1.

A TOPE é elaborada a partir desses três níveis, a que se atribui, respectivamente, as nomeações: o *linguagístico*, que resulta da atividade de linguagem; o *linguístico*, que refere-se às operações complexas cujos traços são as configurações textuais; e o *metalinguístico*, representante do domínio da atividade do linguista que descreve e representa os fenômenos observados.

A significação só se constrói ancorada na capacidade que um indivíduo tem de **representar, referenciar e regular**, o que compõe as atividades linguagísticas. Daí, compreendemos que a linearização dos enunciados complexos situa-se no plano da significação já que as proposições lógicas não dependem das noções de significados nem do estado de coisas para serem consideradas verdadeiras. A rigor elas podem se referir a qualquer fato com existência ou não no universo. Isso faz com que suas verdades sejam vazias, posto que suas referências situam-se no uso de convenções lógicas. Russel já concluíra o peso do sujeito na teoria do juízo porque a guia enunciativa dele já emite o seu juízo.

A atividade representativa (representação) é uma atividade individual e psicológica. Cada indivíduo, com o seu próprio modo de experienciar o mundo físico e mental, constrói suas representações mentais, isto é, organiza as experiências que elabora desde a infância e que são construídas partindo de suas relações com o mundo, com os objetos, com o outro. Tais representações coincidem com o processo de categorização, que é baseado nos universos extralinguístico e linguístico, originando as *noções*, termo que trataremos no próximo item, juntamente com o domínio nocional.

A atividade referencial (referenciação) trata da construção de uma relação entre um elemento do domínio linguístico (E) e um elemento do domínio extralinguístico (E'), em que E, de modo global, será um enunciado (ou, no máximo, um objeto físico) e E' será um acontecimento ou um evento (CULIOLI, 1976, p. 32-33). Não existe correspondência termo a termo entre os enunciados (E) e a realidade extralinguística (E'), existe apenas a construção da referenciação. A construção da relação entre E e E', ou da referência, acontece do seguinte modo: um primeiro enunciador gera um enunciado agenciado de modo a permitir que um segundo enunciador (ou coenunciador) construa um sistema de coordenadas que o auxiliarão na construção de valores referenciais que serão atribuídos ao enunciado em análise. A atividade de referenciação é constituída pela construção da relação entre E e E' pelo primeiro enunciador e o esforço travado pelo segundo enunciador para reconhecer essa relação.

Já a atividade regulativa (regulação), em termos gerais, pode se definir como uma adequação do discurso do enunciador dependendo de seu ouvinte ou leitor. É uma atividade em que ocorre um ajuste entre as representações dos interlocutores, ou melhor, um enunciador regula suas representações de acordo com o que pensa a respeito das representações de seu coenunciador, isto se dá porque a linguagem não é transparente, embora se tenha a ilusão de que ela seja. A relação entre dois sujeitos é assimétrica, isto é, o ouvinte não é a imagem refletida do enunciador, e vice-versa. (CULIOLI, 1999a).

3.8 Noção e domínio nocional

Aqui faremos a descrição do termo “noção” tomada como emprego metalinguístico sob três pontos de vista: epistemológico, metodológico e empírico. O ponto de vista epistemológico articula a linguagem e as línguas, situando, de um lado, uma atividade de representação, referenciação e regulação da linguagem que não pode ser reduzida à transmissão linear de informações “transportadas de um cérebro a outro”¹⁵ (CULIOLI, 1999a, p. 17, tradução nossa); e, de outro, configurações e agenciamentos, os quais implicam a realização de processos heterogêneos, ajustamentos, modulações e jogos de equivalência. (CULIOLI, 1999a, p. 17, tradução nossa).

¹⁵ [...] *transportées d'un cerveau à un autre cerveau.*

Para demonstrar a complexidade da relação entre linguagem e línguas, Culioli cita a relação dissimétrica entre produção e reconhecimento; a sequência não linear dos textos e os blocos materiais de sentido instável, que são memorizados, mas insuficientes para produzir textos com significados. A proliferação de relações e a emergência de fenômenos imprevisíveis compõem a complexidade de sistemas que interagem, de estágios, níveis de relações que formam arquiteturas heterárquicas. Por conta desses movimentos, as representações se reorganizam e se deformam constantemente, visto que não são representações classificatórias, conservadas em estoque, inertes e inalteradas. A linguagem não opera sobre o classificatório e o fixo; mas sim sobre o dinamismo e os processos, nos quais a geometria é de ordem topológica.

A noção teve sua origem na inquietude teórica de Culioli quando se dedicou a um trabalho de abstração para construir representações organizadas que permitissem o ajustamento intersubjetivo (CULIOLI, 1999a). Na visão de Spinoza, a noção não é formada por todos da mesma maneira. Ela varia correlativamente em cada um com a coisa na medida em que o Corpo é cada vez mais afetado e que o Espírito imagina ou se lembra (SPINOZA, s/d, apud CULIOLI, 1999a).

Assim, novamente vemos a questão fundamental que Culioli aponta todo o tempo: a análise dos textos nos diz que não podemos nos deter num jogo classificatório e hierárquico, no qual representações fixas são desencadeadas de modo linear.

Culioli (CULIOLI, 1999a, p. 21, tradução nossa) se pergunta:

Como conciliar a plasticidade das representações, dos ajustamentos intersubjetivos, a polissemia etc. e a necessária estabilidade de um sistema robusto, que deve ter as propriedades de todo sistema às vezes fechado (onde se localiza o previsível) e aberto (onde se encontram os níveis/estágios e as deformações que comportam uma parte do imprevisível)?¹⁶

Como resposta a si mesmo, Culioli conclui pela contribuição de Wahl quando este cita Hegel: “A noção será a ‘multiplicidade desenvolvida’ [...] e, ao mesmo tempo, a unidade reencontrada.”¹⁷ (citação de HEGEL, s/d, por WAHL, 1951, p. 5, apud CULIOLI, 1999a, p. 21).

Culioli já havia abordado o tema da noção, em seu primeiro volume publicado sobre a TOPE: *Pour une linguistique de l'énonciation: Opérations et représentations, Tome 1*, datado de 1990. Nessa obra, apontava-se que não existe uma relação de etiquetagem entre palavras e conceitos. Temos, entretanto, a noção ou o que poderia ser denominado ‘representação estruturada’. Ou seja, o conceito e a noção serão distintos. Os conceitos têm uma história como a epistemológica, por exemplo, e “são estruturados uns por semelhança aos outros, dentro de um universo técnico.”¹⁸ (CULIOLI, 1990, p. 85-86, tradução nossa). Vejamos um dos seus argumentos:

¹⁶ *Comment concilier la plasticité des représentations, des ajustements intersubjectifs, la polysémie, etc et la nécessaire stabilité d'un système robuste, qui doit avoir les propriétés de tout système à la fois fermé (d'où du prévisible), et ouvert (d'où des étagements et des déformations qui comportent une part d'imprévisible)?*

¹⁷ *La notion, ce sera 'la multiplicité développée' [...] et en même temps l'unité retrouvée.*

¹⁸ *[...] les concepts sont structurés les uns par rapport aux autres dans un univers technique.*

Um dos problemas da lógica chinesa, dentre os sofismas que nos colocamos: podemos dizer que um cavalo branco é um cavalo na medida em que temos uma propriedade accidental que é ser branco, e que a prediquemos explicitamente? Temos o direito, então, de dizer que é um cavalo, como dizemos 'é um cavalo', isto é, um cavalo por excelência, um cavalo estritamente qualquer, um cavalo correspondente ao tipo cavalo? De um lado, pode-se pensar que um cavalo branco não é um cavalo, na medida em que há cavalos que não são brancos. De outro lado, naturalmente, um cavalo branco tem também propriedade de um cavalo, portanto, desse ponto de vista, ele é mesmo um cavalo.¹⁹ (CULIOLI, 1990, p. 87, tradução nossa.).

Do mesmo modo, podemos nos perguntar: se tivéssemos uma vaca do tamanho de um elefante, será que poderíamos considerá-la uma vaca? Não podemos estar certos disso, diz Culioli:

E, portanto, percebemos que temos, a princípio, interiorizado todo um conjunto de propriedades. Assim, o que fazemos? Tomamos a *abertura*, isto é, não introduzimos a propriedade diferencial, como se homogeneizássemos, de tal maneira que dizemos: a noção remete a objetos que têm tal propriedade, e não nos ocupamos dos objetos que teriam, além disso, outra propriedade. Naturalmente, para dizer que têm a mesma propriedade, é necessário que vocês os tenham submetido à comparação com outros objetos, e que vocês tenham dito: fizemos abstração das diferenças. Pois, tomando a abertura do domínio, não introduzimos o corte/a quebra que faria com que vocês tivessem uma zona onde dizemos: 'aquele tem tal propriedade' e de outro lado 'aquele não tem tal propriedade'. O aberto aqui considerado é, necessariamente, um aberto *centrado*: vocês têm sempre um *atrator*, um *centro organizador*, que faz com que, justamente, tudo se organize em relação a um tipo. O que faz com que, segundo o caso, vocês digam: 'sim, aquele pertence ainda ao domínio dos objetos que possuem esta propriedade', ou poderão acrescentar, por meio de um *gradiente*: 'mais ou menos'. De fato, vocês têm sempre um centro que representa um objeto real ou um *objeto típico* que desempenha o papel de *organizador*, mesmo que este objeto típico não exista senão como *regulador*.

Vamos, portanto, construir um *centro* que vai nos dar um *organizador* ('é verdadeiramente tal coisa'), um *atrator* (o 'alto grau'), um *gradiente*, e, o que é interessante, é que podemos mostrar que vamos ter de outro lado um *exterior*. Vamos construir uma *fronteira*: ou seja, aquilo que tem a propriedade *p* e, ao mesmo tempo, a propriedade alterada, que faz com que não seja completamente *p*; que aquilo não tem a propriedade *p'*, mas não é totalmente exterior²⁰ (CULIOLI, 1990, p. 87-88, grifos do autor, tradução nossa.).

¹⁹ *Un des problèmes de la logique chinoise, parmi les sophismes que l'on s'était posés, était: peut-on dire qu'un cheval blanc est un cheval dans la mesure où il a une propriété accidentelle qui est être-blanc, et qu'on la prédique explicitement? A-t-on le droit alors de dire que c'est un cheval, comme on dit "c'est un cheval", c'est-à-dire un cheval par excellence, un cheval strictement quelconque, un cheval correspondant au type cheval? D'un côté, vous pouvez penser qu'un cheval blanc n'est pas un cheval, dans la mesure où vous avez des chevaux qui ne sont pas blancs. D'un autre côté, naturellement, un cheval blanc a aussi la propriété d'un cheval, donc de ce point de vue là, il est bien un cheval.*

²⁰ *Et donc, on s'aperçoit que nous avons d'abord interiorisé tout un ensemble de propriétés. Alors que fait-on? Nous prenons l'ouverture, c'est-à-dire que nous n'introduisons pas de propriété différentielle, comme si nous homogénéisions, de telle manière que nous disons: la notion renvoie à des objets que ont telle propriété, et nous ne nous occupons pas des objets qui auraient en plus une autre propriété. Naturellement pour dire qu'ils ont la même propriété, il faut que vous les ayez soumis à la comparaison avec d'autres objets, et que vous ayez dit: nous faisons abstraction des différences. Donc en prenant l'ouverture du domaine, on n'a pas introduit de coupure qui ferait que vous auriez une zone où on dit: "cela a telle propriété" et d'un autre côté "cela n'a plus telle propriété". L'ouvert ainsi considéré est, nécessairement, un ouvert centré: vous avez toujours un **attracteur**, un **centre organisateur**, qui fait que justement, tout s'organise par rapport à un type. Ce qui fait que selon le cas, vous allez dire: "oui, cela appartient encore au domaine des objets qui ont cette propriété", ou vous allez pouvoir ajouter en construisant un **gradient**: "plus ou moins". En fait, vous avez toujours un centre qui représente un objet réel ou un **objet typique** qui joue le rôle d'**organisateur**, même si cet objet typique n'existe autrement que comme **régulateur**.*

Estamos tratando dos pivôs da teoria culioliana – a noção e o domínio nocional (DN) – como já mencionamos anteriormente estabelecendo comparações entre a noção e o signo linguístico. A noção é uma unidade de grandeza diretamente voltada à TOPE, de Antoine Culioli, assim como o signo linguístico é a unidade do Estruturalismo, de Saussure.

A atividade de linguagem é bem retratada pelas relações primitivas, predicativas e enunciativas, porém, precisamos nos lembrar de que essas relações estão recheadas de outros conceitos que participam ativamente na construção da significação. Embora a *léxis* esteja localizada na relação primitiva partimos da existência das noções pertinentes aos itens lexicais escolhidos num momento que antecede essa relação. É importante considerar os conceitos de **invariantes** – lugar, no qual as noções se apresentam como possibilidades, quer dizer, não-determinadas ainda – e, **variantes linguísticas** – que são as formas linguísticas representantes das invariantes, via língua. Embora as **noções** não sejam determinadas elas conseguem guardar um feixe de propriedades que permite fazer combinações para descrevê-las. Daí, temos que as noções são pertinentes a um **domínio nocional** (centro organizador/atrator da propriedade <ser grande> para o Canadá), cercado por suas **fronteiras**, separando o seu **interior** – sua propriedade <ser grande> – do seu **exterior** – propriedades do seu par oposto ou o seu **complementar** (<ser não-grande> ou <ser pequeno> para o Japão).

Faz-se ainda necessária a realização dos processos de extração e de flechagem para que a noção seja constituída. A **extração** refere-se à escolha de um termo de um conjunto (o termo Canadá escolhido a partir do conjunto de países); enquanto a **flechagem** se refere a uma determinação mais detalhada desse termo (o 2.º maior país da Terra, determinando-o em relação à classe de grandes países). Já o Japão passa a ser determinado no processo de flechagem em relação à classe de pequenos países por se posicionar entre os trinta menores países do planeta, dimensionalmente. As operações de quantificação e de qualificação marcam essa dinâmica da determinação.

A noção, para Culioli, não equivale a um signo ou a um termo. É uma ideia misturada num determinado sujeito que opera as possibilidades da língua com as experiências desse sujeito, ao mesmo tempo, num ato de representação linguística. Nas palavras de Rezende, a “noção se aproxima de conceito, mas não é um conceito, porque não tem uma história epistemológica organizada dentro de um universo técnico.”²¹

Vejamos como Culioli (1990, p. 69, tradução nossa) define noção:

*On va, donc avoir un **centre** qui va nous donner un **organisateur** (“c’est vraiment telle chose”), un **attracteur** (le “haut degré”), un **gradient**, et ce qui est intéressant, c’est que l’on peut montrer que l’on va avoir de l’autre côté un **extérieur**. On va construire une **frontière**: c’est-à-dire ce qui a la propriété “p” et en même temps la propriété altérée, qui fait que ce n’est plus totalement “p”, que cela n’a pas la propriété “p”, mais que cela n’est pas totalement extérieur.*

²¹ Comentário feito em sala de aula pela Profa. Dra. Lectícia Marcondes Rezende no Curso de Pós-Graduação em Linguística e Língua portuguesa da UNESP – Câmpus Araraquara, na disciplina Processos Constitutivos do Enunciado (2012-2), no dia 27/11/2012.

Uma noção pode ser definida como um complexo feixe de propriedades físico-culturais estruturadas e não deve ser equiparada a rótulos lexicais ou itens reais. Noções são representações e devem ser tratadas como tais; elas sintetizam propriedades (o termo é usado aqui em sentido amplo) derivadas da interação entre pessoas e pessoas, pessoas e objetos, restrições biológicas, atividade técnica, etc.²²

As noções são, então, estabelecidas nos contextos em que os sujeitos interagem. Isso não quer dizer que elas são estabilizadas com um significado único. De fato, a noção se ajusta movimentando um lugar denominado domínio nocional. Portanto, esse é o lugar no qual se avaliam os valores, as características atribuídas a uma dada noção, assim como se podem negar as características e os valores.

Como esse domínio está sempre num processo dinâmico, ele se constitui numa abertura (*opening*) ou possibilidade, “de modo que uma noção, relacionada a certos termos, pode se estabilizar de um modo x, porém, numa segunda relação pode estabilizar-se de modo y.” (WAMSER, 2013, p. 81).

A interpretação dada por Wamser (2013, p. 82) para se construir a significação no domínio nocional foi tomada por nós como ideal. Vejamos:

Desse modo, o domínio nocional apresenta diferentes zonas de estabilização. Levando em consideração os preconstitutos, uma noção pode ocupar o interior, a fronteira ou o exterior do domínio. No interior, encontra-se o *centro organizador*, esse comporta um objeto considerado, representativamente, real ou típico da noção em questão. Daí a fragmentação da noção ocorre em relação a esse termo típico, aproximando-se ou afastando-se dele. Quando a identificação (aproximação) é tamanha que a noção corresponde a um grau máximo, e seu único referente é a própria noção temos a constituição do *atrator*.

No percurso feito do interior ao exterior do domínio nocional, o complementar da noção é construído, não como sua negação, mas como construção da fronteira da noção num caminho contrário ao que foi estabilizado. Isso quer dizer que podemos fazer o percurso da significação do interior para o exterior do domínio nocional e vice-versa, criando um domínio com uma guia enunciativa inversa.

Concluimos que uma noção tem origem formativa na articulação entre a linguagem e as línguas ao colocarmos em atividade ajustamentos intersubjetivos, modulações, entre outros. Como falantes da língua, estamos tão habituados com essa atividade e com o produto dela aparentemente estabilizado em nossas mentes que nem somos capazes de perceber esse processo de maneira consciente. Isso justifica que, de maneira geral, não há incômodo por parte dos (co)enunciadores na produção e reconhecimento do enunciado O Canadá é maior do que o Japão (que é dimensionalmente não-grande, ou seja, pequeno).

²² A notion can be defined as a complex bundle of structured physico-cultural properties and should not be equated with lexical labels or actual items. Notions are representations and should be treated as such; they epitomize properties (the term is used here in a very extensive and loose way) derived from interaction between persons and persons, persons and objects, biological constraints, technical activity, etc. (CULIOLI, 1990, p. 69).

3.9 Operações enunciativas

Modalidades e Aspecto

As marcas modais e aspectuais acionam as relações dialógicas (eu-tu e eu-eu) na relação enunciativa. São essas marcas que dão conta da referenciação enunciativa diante das categorias de sujeito, tempo e espaço. A partir da colocação do sujeito enunciador diante do mundo e do seu interlocutor ele opera com essas marcas linguísticas levando em conta o que vai dizer enquanto desejo, conhecimento, possibilidade, necessidade, etc.

De acordo com Culioli podemos ter quatro tipos de marcas modais:

- as modalidades de asserção (afirmação e negação), interrogação e ênfase;
- as de necessidade, de possibilidade, eventualidade, probabilidade e de certeza;
- as apreciativas ou afetivas, marcando um juízo de sujeito-enunciador; e
- as de injunção, centradas no interlocutor.

Os enunciados comparativos presentes nos livros didáticos e nas gramáticas em análise são naturalmente assertivos: *O Canadá é maior do que o Japão* ou *O Canadá não é mais povoado do que o Japão*. No entanto, podemos construir, por meio de outras marcas linguísticas, todas as outras modalidades citadas acima:

- de ênfase: *O Canadá é mesmo maior do que o Japão*.
- de certeza: *Não há dúvida de que o Canadá é maior do que o Japão*.
- de apreciação: *Eu acho/acredito que o Canadá é maior do que o Japão*.
- de injunção: *Sabe-se que o Canadá é maior do que o Japão*.

O tempo e o espaço estabelecidos na enunciação ficam a cargo das marcas aspectuais, construídas pelo sujeito-enunciador ao situar a predicação a partir do tempo em que ele está e do lugar que ele ocupa na enunciação. Essas marcas aspectuais se encarregam, ainda, da determinação do que se constrói ou não, modulando a certeza, a possibilidade, a hipótese e a improbabilidade no momento em que se estabelece o tempo enunciativo, o lugar do sujeito em relação ao enunciado e o intervalo tempo-espaço no qual a predicação se localiza (decisivo ou em progresso). Por exemplo, *O Canadá é maior do que o Japão* (certeza) e *O Canadá é menor do que o Japão* (improbabilidade), evidenciando uma atividade epilinguística que fica muito além da visibilidade e da concretude do ato enunciativo, como propõe Geraldi (vide p. 76 desta tese).

O processo da construção significativa é feito numa dinâmica contínua envolvendo a estabilidade e a instabilidade linguística apoiando-se em reflexões teóricas propostas por Culioli, envolvendo as atividades epilinguística, linguística e metalinguística.

Localização e determinação

O termo francês *repérage*, de difícil tradução, nomeia a operação de localização. É uma operação que relaciona dois termos, por exemplo, Canadá e Japão. Como um se localiza em relação ao outro, estabelece-se um deles como ponto de referência, construindo-se a referência.

Culioli usa a equação $\mathcal{E} = a \in b$ para expressar essa operação, que se interpreta como *a* se localiza em relação a *b*. Essa localização na operação não é rígida/fixa. Desde que se tenha outra situação enunciativa, pode-se deslocar o localizador e o localizado. Quando temos o enunciado *O Canadá é maior do que o Japão*, o Canadá é o *localizador* de Japão por uma operação de diferenciação, já que o Canadá é grande e o Japão é não-grande ou pequeno. Porém, se tivermos *O Japão é menor que o Canadá*, vamos ter o Japão como localizador, também numa operação de diferenciação, pois o Japão é pequeno e o Canadá é não-pequeno, ou seja, grande. Tais deslocamentos estabelecem diferentes orientações enunciativas.

É essa operação que nos permite verificar a identidade e a alteridade entre os termos da relação, levando em conta que uma identificação requer um processo de diferenciação. Então, entre <Canadá> e <grande> temos uma identificação dos dois termos, já que o Canadá é grande. No entanto, quando chamamos a relação primitiva de <Japão> e <grande>, encontramos a diferença permitida pela atividade epilinguística.

Com a autoridade do sujeito enunciador, podemos deslocar o comparante e o comparado de suas posições sintáticas para conseguir visualizar a complexidade do enunciado, que pode gerar enunciados inaceitáveis.

As operações de quantificação (QNT) e de qualificação (QLT) estão diretamente ligadas à natureza da noção. A noção que se revela indeterminada na gênese da atividade de linguagem só pode ser apreendida pela determinação em atividade de fragmentação. Esse processo se dá por meio das operações simultâneas de QNT e de QLT, pois as duas estão intrinsecamente conectadas.

De acordo com Culioli (1999a), a QNT é o que torna possível a mensuração da noção no momento em que os sujeitos interagem. Por meio da quantificação se constrói a representação de todas as coisas que somos capazes de localizar num dado espaço de referência e separar, por exemplo, extraíndo o Canadá de dentro dos países. Já a QLT acontece sempre que determinamos a identificação/diferenciação de uma noção, desencadeando um intrincado conjunto de operações e não simplesmente acoplando um qualitativo a essa noção, por exemplo, identificando o Canadá como um país grande que se diferencia dos pequenos, numa operação de flechagem.

A negação

A negação tem uma dimensão que desconhecemos dentro dos estudos linguísticos porque ela se faz presente em toda parte, numa análise de valores assertivos, no Exterior das noções/do domínio nocional, no vazio, na ausência e até para indicar presença.

Para Culioli (1984) o fenômeno da negação só admite dois posicionamentos: de descarte (eliminação) ou a classificação primitiva. Para ele não se pode construí-la como um derivado, quer dizer que, quando construímos um Exterior do domínio nocional, nos baseamos na noção apreendida da sua forma positiva localizada no Interior.

Ele classifica a negação em dois tipos. Um primeiro, referente a valores negativos, presentes em predicados do tipo covardia e avareza, referentes a considerações semânticas, os quais têm um comportamento diferente do segundo tipo contido numa negação como em não querer, o que envolve considerações sintáticas.

O **não** quando associado às noções de um verbo pode se referir a uma operação primitiva de negação que indica:

a) uma operação de inversão de orientação enunciativa: Ana *não* é mais bonita do que Maria. (colocando Maria em evidência/no tema).

b) um processo contrário: Ana *não* gosta de estudar.

c) inexistência/ausência do estado estabelecido: Ana *não* é bonita.

d) suspensão da noção de negação criada para surgimento de outra, positiva: *Não* deixe de me ligar = Ligue-me, por favor!

e) para indicar presença: Ana *não* sairá desse grupo de estudos. (O que equivale a dizer que ela *estará presente* nesse grupo).

Culioli (1995) nos diz, ainda, que sempre que localizamos uma operação primitiva de negação, junto com ela existem operações de construção chamando-a para um domínio nocional no qual se constrói o positivo. Se realizarmos alterações e esvaziarmos operações, vamos construir o negativo. Isso quer dizer que o problema da negação é bem complexo.

O complementar

Por meio das operações de negação construímos o complementar das noções localizado no Exterior de um domínio nocional, o que explica com muita propriedade os processos de significação requeridos pelos enunciados comparativos complexos em análises neste trabalho. O complementar linguístico de um domínio aberto p tem as propriedades de um domínio fechado, constituindo um outro, o que chamamos de p' ou não- p .

Aguilar (2007, p. 68, grifo do autor) explica-nos com clareza a trajetória feita por determinada noção dentro do seu domínio até nos posicionar no lugar ocupado pelo seu complementar a partir de um exemplo teorizador:

Tomemos um exemplo: “- Isto é um livro?” cuja resposta seja: “- Mais ou menos... um quase livro!”. Sendo “livro” representado por p , pode-se dizer que não é igual a “quase p ”; tem sentido de “quase diferente de p ”. Em seguida, toma-se o fechamento do complementar para se voltar a produzir um exterior (um todo outro) “apenas p ” no sentido de “praticamente nada a ver com p de

todo”. Quer dizer, “muito longe de **p**”, “isso não tem nada a ver com **p**”. Aquilo que aparece num domínio **p**, que é diferente do domínio de **p**, é o seu complementar **p'** (“tudo o que não se pode chamar de **p** sem contestar”).

Tomamos dela, ainda, mais este exemplo prático:

“O livro é bom”. O complementar de “bom” é “ruim”. Levando em consideração esse exemplo, temos entre “bom” e “ruim”: “bom” como centro organizador; “menos bom”, “quase bom”, etc., como gradientes; a passagem de “bom” a “ruim” como fronteira; “ruim” (não bom) como centro organizador do complementar e “menos ruim”, “quase ruim”, etc., como gradientes do complementar. (AGUILAR, 2007, p. 68).

Seguimos o mesmo percurso feito por ela para compreendermos a atividade de linguagem realizada para estabilizar a significação dos enunciados chamados inicialmente de complexos, do tipo *Eu estava doente ontem, mas hoje estou melhor*, em que temos o complementar do termo “doente” como “sadio/bem”. O termo/a noção “doente” se localiza no interior das noções, como centro organizador e “menos doente”, “não tão doente”, “quase doente”, como gradientes a caminho da fronteira. Depois dela (fronteira) encontramos o complementar “não-doente” / “sadio/bem” para que com essa propriedade gerada pela operação de negação possamos construir o grau comparativo, “melhor”. Lembramos aqui que a conjunção adversativa **mas** é um agenciador natural das operações de negação, pelas noções opositivas que ela estabelece.

4 Análises

Recortamos da tese apresentada duas análises a título de exemplificação, uma de um enunciado linear, e uma de um enunciado complexo.

Linear

Complete the sentences with the comparative form of the adjectives (+ = more; - = less).²³

1. E-mail is cheaper (+ cheap) than regular mail. (Modelo, explicação nossa).

It's terrible to lose your cell phone, but it's _____ (+ bad) to lose your laptop. (L)

*Answer: It's terrible to lose your cell phone, but it's **worse** to lose your laptop.*

Tradução:

²³ *Touchstone 2* (2005, p. 99. Exercício A, sentença n. 7)

Complete as sentenças com a forma comparativa dos adjetivos [mais (+); menos(-)]:

1. E-mail é mais barato (+ barato) do que a correspondência normal. (Modelo)

É horrível/ruim perder seu celular, mas é _____ (+ ruim) ainda perder seu *notebook*. (L)

É horrível/ruim perder seu celular, mas é **pior** ainda perder seu *notebook*.

As perdas são caracterizadas nocionalmente por sensações de desconforto, dificuldades, danos e prejuízos, quaisquer que sejam elas. Portanto, tanto faz perder o próprio celular ou o próprio *notebook* para que as sensações acima sejam acionadas em níveis que podem variar apenas na quantificação, dependendo do dano individualmente sentido, pois a qualificação seria a mesma. Ambas as perdas têm a propriedade de <ser ruim> e, com essa característica comum, classificamos esse enunciado no grau comparativo como linear.

Continuamos a lembrar que as operações de linguagem trabalham incessantemente em todos os enunciados, quer sejam lineares, quer sejam complexos, quando se trata da significação. O que acontece nos enunciados lineares é que o movimento da linguagem se faz num mesmo lugar, isto é, no interior do domínio nocional, de maneira lógico-matemática linear.

As operações de linguagem – que seriam a passagem de um processo a outro para compreensão do enunciado pelo interlocutor – estão presentes nesse enunciado assim:

- Representação – visão de mundo: o que se entende por perda, qualquer que seja.

- Referenciação – linguístico x extralinguístico: reconhecimento do conceito ruim ou horrível enquanto aplicável a este enunciado.

- Regulação – equilíbrio ou ajuste intersubjetivo: A perda do próprio celular é ruim. Esta característica evolui em grau de intensidade se ocorrer a perda do próprio *notebook*. O que faz com que essas sensações sejam intensificadas em se tratando de <ser ruim> enquadrado nos referenciais de *perda* que estão disponibilizados para o interlocutor em suas noções.

Esse enunciado traz *a perda* como domínio nocional apresentando um *prejuízo/desconforto* em algum grau como invariância. Portanto, perder o celular ocupa o interior das noções desse domínio com a propriedade de <ser terrível/ruim>, enquanto perder o *notebook* ocupa esse mesmo lugar porque apresenta essa mesma propriedade, porém, com o gradiente que vem do comparativo (mais) atingindo o alto grau da noção de perda. Esse enquadramento no interior das noções nos autoriza a eleger este tipo de enunciado como linear, estabelecendo generalizações após os movimentos feitos para se estabilizar o sentido produzido por meio do léxico e da gramática operante.

Complexo

Choose the best answer to complete the tests²⁴:

²⁴ Inglês – Série Novo Ensino Médio (2002, p. 148, teste 20).

(UFRS) *It is not a bad mark, but it is than your usual one.* (C)

- a. bad b. worse c. worst d. the worst e. very bad

Answer: letter **b**.

*It is not a bad mark, but it is **worse** than your usual one.*

Tradução:

Escolha a melhor resposta para completar os testes:

(UFRS) Não está uma nota ruim, mas está _____ do que a sua de costume. (C)

- a. ruim b. pior (que) c. (o) pior d. o pior e. muito ruim

Resposta: letra **b**.

Não está uma nota ruim, mas está **pior** do que a sua de costume.

Quando fazemos ou sofremos uma avaliação pontuada, temos, normalmente, como referência uma média mínima, preestabelecida como parâmetro para se definir o limite mínimo no critério de aproveitamento ou de aprovação. Caso isso aconteça via conceitos, pode-se valorar esses conceitos de acordo com o percentual adquirido pelo avaliado. Por exemplo:

Muito Fraco: Abaixo de 40%

Fraco/Ruim: 40 a 59%

Bom: 60 a 79%

Muito Bom: 80 a 89%

Excelente: 90 a 100%

De acordo com a escala exemplificada acima vamos simular uma situação contextual com um aluno sendo avaliado, para que possamos ter uma noção mais palpável em relação à propriedade trabalhada no enunciado em questão.

*Um determinado aluno costuma ter um aproveitamento médio entre 65 e 75% numa escola em que a média mínima para aprovação é de 60%. A média de pontuação dele o deixa numa posição confortável, mantendo-o fora da linha de risco de reprovação. De repente, ele é avaliado e consegue um aproveitamento cravado no percentual 60%. Ele mesmo se sente incomodado e começa a se sentir dentro do conceito ruim, dada a proximidade percentual entre os dois conceitos. Porém, um colega o consola (ou o recrimina?), dizendo que “**Não está uma nota ruim, mas está pior do que a sua de costume**”.*

Como podemos entender e aceitar com naturalidade um enunciado comparativo com noções tão complexas?

Temos uma nota **não-ruim** (60%) = nota boa (porém abaixo da média mínima normal do aluno - 65%).

Temos o comparativo **pior** (abaixo de 65%) = não tão boa (quanto à média normal do aluno - ≥ a 65%).

Temos a **nota de costume** (entre 65 e 79%) = nota boa (acima da média de 65%).

As operações da linguagem empreendem um árduo trabalho entre o léxico e a gramática batalhando com os sentidos até dar conta de construir a significação estabilizada desse enunciado. Nele temos dois domínios nocionais: um de *nota boa* e outro de *nota ruim*, com o *sujeito* avaliado como invariante. Esse mesmo sujeito apresenta notas atuais comparadas com as notas costumeiras. Seus resultados envolvem um aspecto-temporal reorientado pela conjunção adversativa *but* (mas).

O interlocutor parte, então, da noção de <nota verdadeiramente boa> no interior de um domínio nocional, vai ao exterior desse domínio para localizar o complementar <nota não-boa> no exterior desse domínio, com o sentido de <nota ruim>. Só que uma <nota verdadeiramente ruim> é constituída de outras noções em outro domínio nocional, que terá como complementar <nota não-ruim> com o sentido de <nota boa>. É como se tivéssemos uma intersecção numa operação de dois conjuntos matemáticos representados pelos dois domínios nocionais. Nessa intersecção teríamos <nota boa> como equivalente a <nota não-ruim>.

Contudo não podemos deixar de lembrar que quem dá conta desse contorno são as operações de linguagem por meio dos caminhos percorridos nos processos de representação, referenciação e regulação, desestabilizando e reestabilizando o enunciado até chegar ao equilíbrio da significação.

Wamser (2013) realiza uma análise epilinguística sobre a marca **mas** (conjunção adversativa, já instituída com uma carga semântica geradora de ideias contrárias entre dois seres ou orações), e evidencia o papel dos gramáticos tradicionais nas várias vertentes linguísticas. Nesse trabalho ela mostra como os diversos autores ficam presos à classificação das conjunções listando-as e dando a elas um tratamento terminológico e estrutural pré-fixado com ocorrências em contextos otimizados.

Por conta disso, Wamser (2013, p. 56) diz que

Essa visão se distancia muito dos pressupostos da TOPE. Para Culioli a linguagem é indeterminada, ou seja, não é pronta, estável. Cada ocorrência de um termo, seja ele gramatical ou lexical, sofre as influências do sujeito, que é psíquico e sociológico, além do contexto naquele momento preciso. Um mesmo termo pode ser estabilizado num momento com determinados valores, e no momento seguinte com outro.

Não podemos deixar de lado nessa análise, a variação semântica (ou o estabelecimento do equilíbrio significativo) acionado pela presença da conjunção **mas** (*but*). De acordo com Said Ali (2001, p. 166 apud WAMSER, 2013, p. 50) uma conjunção “é uma partícula que exerce sua influência [...] sobre uma oração em conjunto”.

Segundo a TOPE todos os termos são um gatilho de prontidão para disparar as operações de linguagem, provocando alguma variação na língua, sejam eles lexicais ou gramaticais.

Daí, fazemos um cálculo que em nível primitivo, o enunciado *Não está uma nota ruim, mas está pior do que a sua de costume* pela dupla composição oracional opera circulando dentro de vários conjuntos nocionais, os quais foram acionados pelo modelo culioliano de análise, visto por Wamser (2013, p. 76) da seguinte forma:

Com esse modelo de análise, além de levantarmos os aspectos invariantes dos enunciados adversativos, pudemos também verificar o aparecimento do termo *mas* marcando outros processos, como: a indicação do alto grau da noção; a construção da fronteira do domínio nocional; a relação intrínseca entre a marca e a negação; a constituição de um gradiente da noção.

A conjunção *but* (*mas*) rompe com a orientação enunciativa em curso e estabelece outra com sentido contrário, numa visão lógica. De acordo com a TOPE, nesse enunciado ela consegue acionar outro domínio nocional, além de poder, também, abrir caminho para a fronteira e transportar uma propriedade nocional do interior de um domínio para o exterior desse mesmo domínio.

6 Proposta didática

A ideia/ideologia de se construir uma gramática que incite a reflexão semântica para uso didático é uma ambição da pesquisadora que pode não acontecer em curto prazo. Ainda assim, apresentamos uma proposta didática neste trabalho que pode trazer resultados nesse sentido.

Vamos apresentar aqui amostras do material didático com exercícios propostos na fonte escolhida (livro didático ou gramática), faremos uma análise lógico-gramatical da sentença enunciada e esmiuçaremos outros sentidos que ela possa carregar. Em seguida, faremos um rearranjo na proposta da atividade para que o exercício possa dar maior liberdade de operação ao aluno explorando a reflexão significativa além do conhecimento morfossintático adquirido dessa atividade.

Para isso precisamos nos apoiar nas atividades de linguagem (epilinguísticas, linguísticas e metalinguísticas), nas operações de negação e na complementaridade linguística para mostrar os movimentos enunciativos que são feitos no percurso da estabilização do significado, como nos sugere Culioli. A lógica filosófica circunda nosso problema o tempo todo, mas é a TOPE quem consegue percorrer os diversos pontos escalares de um domínio nocional para explicar o percurso feito por propriedades complementares, aparentemente opostas, situadas dentro de um mesmo domínio.

Rewrite the sentences using not as ... as / not so ...as²⁵.

Example: Heavy metal is noisier than rhythm and blues.

²⁵ *Globetrekker* (2008), p. 116. Exercício proposto, sentença d.

Rhythm and blues isn't as / so noisy as heavy metal.

d. Buying CDs is more honest than pirating them.

Answer: *Pirating CDs isn't as / so honest as buying them.*

Agora observemos a sentença dada no exercício e sua resposta, de acordo com a atividade proposta acima, com tradução nossa:

d. Buying CDs is more honest than pirating them. (Comprar CDs é mais honesto do que pirateá-los).

Answer: *Pirating CDs isn't as / so honest as buying them.* (Piratear CDs não é tão honesto quanto comprá-los).

A operacionalização do exercício parece perfeita, desde que não nos incomodássemos com os sentidos produzidos pelas sentenças dada e a construída.

Observemos que a *moral* se constitui no domínio nocional desse enunciado e que <Ser honesto> é uma propriedade que se ajusta sócio-cultural e legalmente à atividade de 'comprar CDs' – (A), porém, essa propriedade não se encaixa à atividade de 'piratear CDs' – (B). Isso se dá pela positividade e integridade moral da propriedade para atividade A, enquanto a atividade B é carregada de negatividade e conduta amoral, o que não permite o ajuste dessa propriedade para B em nenhum grau (grau nulo). Aí repousa a inaceitabilidade dessa sentença comparativa em qualquer dos graus, linearmente falando.

Recolocando essas sentenças nos graus comparativos de superioridade e de inferioridade temos:

Comprar CDs é mais honesto do que pirateá-los. (1)

Piratear CDs não é tão honesto quanto comprá-los (2), que lógico-gramaticalmente diz que *Piratear CDs é menos honesto do que comprá-los.* (3).

A sentença posta no grau comparativo de superioridade (1) incorre na complexidade do enunciado comparativo acionando as operações de linguagem, de acordo com a TOPE, para darmos conta de concebê-la, num movimento de interpretação aceitável, com aparência 'natural'.

Comprar CDs é uma atividade que se situa no interior das noções de moral com a propriedade <ser honesto>, enquanto piratear CDs vai se situar no exterior dessas noções, gerando o seu complementar <ser não-honesto>, numa operação de negação, com o sentido de *desonesto*:

Comprar CDs é mais honesto do que pirateá-los (que é não-honesto.)

Nas sentenças (2) e (3) temos sentenças sintáticas e estruturais sem nenhum problema e atendendo ao exercício proposto. No entanto, elas são sentenças que fogem, semanticamente, das situações reais não só logicamente como também das famílias parafrásticas, nas operações enunciativas, de tal sorte que nem as operações de negação construídas no complementar das noções dão conta da aceitabilidade desses enunciados.

Como as noções de <ser honesto> disponibilizadas para o interlocutor não se encaixam qualitativamente para as atividades A e B simultaneamente, independente da quantificação, compreendemos a improdutividade semântica do exercício. Por isso sugerimos a sua reconstituição por meio dos preconstrutos, famílias parafrásticas e das sequências lógicas.

Preconstrutos

Comprar CDs é honesto.

Piratar CDs não é honesto.

* Comprar CDs é desonesto.

Comprar CDs não é desonesto.

Piratar CDs é desonesto.

* Piratar CDs não é desonesto.

* Piratar CDs é tão honesto quanto comprá-los.

* Piratar CDs não é tão honesto quanto comprá-los.

* Comprar CDs é tão honesto quanto pirateá-los.

* Comprar CDs não é tão honesto quanto pirateá-los.

* Comprar CDs é mais honesto do que pirateá-los.

* Comprar CDs é menos honesto do que pirateá-los.

* Piratar CDs é mais honesto do que comprá-los.

* Piratar CDs é menos honesto do que comprá-los.

Famílias Parafrásticas

Comprar CDs é honesto, mas pirateá-los não é.

* Comprar CDs não é honesto, mas pirateá-los é.

* Piratar CDs é honesto, mas comprá-los não é.

Piratar CDs não é honesto, mas comprá-los é.

* Piratar CDs não é desonesto, mas comprá-los é.

Piratar CDs é desonesto, mas comprá-los não é.

Comprar CDs não é desonesto, mas pirateá-los é.

* Comprar CDs é desonesto, mas pirateá-los não é.

O símbolo (*) representa enunciados inaceitáveis nesse contexto, pois apresentam características incompatíveis nesse contexto referentes ao comparante ou ao comparado.

Sequências lógico-lineares

Logo...

Comprar CDs é honesto.

Piratar CDs não é honesto.

Piratar CDs é desonesto.

Comprar CDs não é desonesto.

Ao demonstrarmos as sequências aceitáveis e não-aceitáveis no enunciado *Comprar CDs é mais honesto do que pirateá-los* executamos movimentos linguísticos, por meio das atividades metalinguísticas, capazes de recuperar as operações realizadas pelos interlocutores no esforço de compreender os enunciados comparativos os quais chamamos de complexos na fase inicial desta pesquisa.

Não há como estabelecer uma comparação lógico-sintática linear entre as duas atividades nos graus apresentados porque, à semelhança do ponto de vista de Vogt, não há comparação entre elas, posto que as atividades A e B não são comparáveis pela noção da propriedade comum <ser honesto>. Portanto, não há como argumentar. “O que não se compara é único e irrefutável.” (VOGT, 2009, p. 291).

Contudo, via TOPE, elas podem ser comparadas ao relacionarmos as duas atividades localizadas dentro de um mesmo domínio nocional, validando a propriedade da atividade A pela noção de <ser honesto>, e a propriedade da atividade B pela noção do complementar da propriedade de A que é <ser não-honesto>, numa operação de negação, localizada no exterior da noção <ser honesto>, com o sentido de desonesto.

Isso quer dizer que por meio da operação de negação culioliana de uma determinada propriedade pode-se encontrar o complementar de uma noção ocorrendo a linearização semântica dessa propriedade nos enunciados complexos relacionando propriedades aparentemente opostas.

A nossa proposta é mostrar que exercícios gramatical e morfossintaticamente corretos podem produzir enunciados inaceitáveis ao se processar uma significação lógico-semântica. Se o(a) professor(a) fizer esse trabalho plástico de montagem e desmontagem desses enunciados por meio da TOPE, combinando lógica, semântica e gramática, poderá fazer análises mais reflexivas no campo da significação e, ainda, fixar todas as estruturas do conhecimento sistêmico (morfossintáticas) de comparação (igualdade, inferioridade e superioridade) espontaneamente.

Considerações finais

Este trabalho foi desenvolvido com o propósito primeiro de desvendar os mistérios da linguagem escondidos nos atos enunciativos professados por um sujeito enunciador, agente soberano da orientação enunciativa. Fomos incomodados pela contradição lógico-gramatical das propriedades colocadas em relação no jogo enunciativo pelas sentenças comparativas, localizadas nos materiais didáticos.

Encontramos, então, numa reflexão teórica que nos deu a oportunidade de aprofundar os estudos e descobrir, por meio dela, o papel do sujeito: não separar a linguagem e a língua integrando os processos significativos dos enunciados. Essa oportunidade nos foi dada pelas reflexões ancoradas na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, de Antoine Culioli. Lembramos, ainda, a importância que tiveram a lógica (filosófica), a gramática e a semântica para colocarem o nosso problema de investigação num prato da balança, mas foi a TOPE que deu conta de balancear os sentidos daqueles enunciados, no outro prato, via operações de linguagem, equilibrando-os frente aos sujeitos enunciadador e coenunciador.

Por meio das análises realizadas, nesse quadro teórico, descobrimos que a significação dos enunciados lineares se constrói no Interior do domínio nocional, enquanto os complexos só constroem essa significação no Exterior desse domínio, com o recurso das operações de negação. E, para se chegar ao exterior do domínio nocional, lugar onde a significação ganha estabilidade nos enunciados complexos, é requerido um “árido trabalho de equilíbrio das noções”, de acordo com Rezende²⁶.

Pudemos observar, por meio dos dados analisados neste trabalho, que qualquer enunciado linear pode se ‘complexificar’ dependendo da orientação enunciativa dada pelo enunciadador na construção do seu enunciado. É essa guia enunciativa que determina os posicionamentos sintáticos dos termos que se definem enquanto comparante (A) e comparado (B), marcando a rota semântica que se quer dar ao enunciado construído, determinando a **favorabilidade** da propriedade em relação ao comparante ou ao comparado, como defende Vogt (2009).

Acreditamos que a abordagem enunciativa, tanto para o ensino de língua como para o entendimento de um enunciado comparativo complexo, é uma resposta à abordagem morfossintática, na qual a prática operacional fica presa às formas gramaticais, numa correspondência termo a termo, prendendo as relações de designação a apenas dois pontos nocionais do domínio e à memorização de formas prontas.

Acreditamos ter localizado, via TOPE, a principal resposta para o questionamento levantado por este trabalho: Por que compreendemos os enunciados chamados de complexos, construídos com a comparação, apesar de eles aparentarem não ter uma coerência lógico-semântica?

Sendo analisados apenas sob o ponto de vista lógico os enunciados complexos ficam retidos dentro da gramática normativa e cumprem o papel de trabalhar os estudos morfossintáticos satisfatoriamente. Porém, se os analisamos semanticamente, a lógica não dá conta mais dos seus sentidos. E, nesse momento, chega a TOPE fazendo o movimento que as atividades da linguagem fazem com propriedade para explicar os sentidos construídos e tão naturalmente aceitos.

²⁶ Comentário feito em sala de aula pela Profa. Dra. Lectícia Marcondes Rezende durante o curso de doutorado na disciplina *Processos Constitutivos do Enunciado*, na UNESP – campus de Araraquara –, no segundo semestre de 2012.

O resultado de nossas análises, assim como nossa proposta didática, evidenciam o maior legado da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas de Antoine Culioli para a linguística atual, descrita com propriedade por Fuchs (1984, p. 77) como sendo uma linguística que trata da

[...] rejeição da oposição língua / discurso (em prol de uma problemática da linguagem e das línguas); rejeição da oposição sintaxe / semântica / pragmática (em prol de uma problemática das operações predicativas e enunciativas); rejeição, enfim, da oposição função referencial / funções intersubjetivas (em prol de uma problemática da co-enunciação).

Em nossas análises fica claro o apagamento dos pares lógicos contrários: alto x baixo; grande x pequeno; bom x ruim, etc., marcados pela gramática tradicional, posto que eles se situam num mesmo domínio nocional abrigando sua coexistência num mesmo ato enunciativo.

A TOPE consegue explicar a lógica elementar dos enunciados chamados de lineares assim como a 'lógica cruzada' dos complexos. Então, por conta dela, pudemos compreender a linearidade dos enunciados comparativos assim como a complexidade enunciativa das sentenças comparativas denominadas de complexas e, conseqüentemente, a complexidade da linguagem por meio da língua, movimentando as noções.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Cristina Balestrieiro dos Santos. **Operações enunciativas e valores referenciais: estudo da marca apesar de**. 2007. 205 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2007.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 1960.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I e II**. Campinas: Pontes, 1989.

_____. **Noms d'Agent et Noms d'Action en Indo-Européen**. Paris: Adrien-Maisonneuve, 1948.

BIASOTTO-HOLMO, Milenne. **Para uma abordagem enunciativa no ensino de língua estrangeira: paráfrase e atividade epilingüística**. 2008. 126 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2008.

CHURCH, Alonzo. **Introduction to Mathematical Logic**. 10th ed. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1996.

COSTA, Marcelo Baccarin. **Globetrekker: Inglês para o ensino médio**. São Paulo: Macmillan, 2008. vol. único.

CULIOLI, Antoine. **Pour une linguistique de l'énonciation: Opérations et représentations**. Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____. Remarques finales en guise de conclusion. **Modèles linguistiques**, Paris, v. 6, n. 1, p. 239-248, 1984.

_____. **Cognition and representation in linguistic theory.** In: Current issues in linguistic theory, 112. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.

_____. **Transcription du séminaire de D.E.A. 1975-1976.** Recherche en linguistique: Théorie des Opérations Enonciatives. Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1976.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage.** Tome 2. Paris: Ophrys, 1999a.

_____. **Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel.** Tome 3. Paris: Ophrys, 1999b.

CUMPRI, Marcos Luiz. **Da noção ao texto: um estudo enunciativo da produção textual.** 2008. 124 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

ECKERSLEY, Charles Ewart; ECKERSLEY, John Macaulay. **A Comprehensive English Grammar: for foreign students.** 9th ed. Hong Kong: Longman, 1980.

FUCHS, Catherine. **La paraphrase.** Paris: PUF, 1982.

_____. O sujeito na teoria enunciativa de Antoine Culioli: algumas referências. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas:UNICAMP, n. 7, p. 77-85, 1984. Tradução de Letícia Marcondes Rezende.

GAUTHIER, André. Sur quelques paradoxes en didatiques des langues. In: BOUSCAREN, Janine.; FRANCKEL, Jean-Jacques; ROBERT, Stephane (Eds.). **Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique, mélanges offerts à Antoine Culioli.** Paris: PUF, 1995.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; MELLO FRANCO, Francisco Manoel de. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MACCARTHY, Michael; MACCARTEN Jeanne; SANDIFORD, Helen. **Touchstone 2: Teacher's Edition.** New York, USA: Cambridge University Press, 2005.

MARQUES, Amadeu. **Inglês: série novo ensino médio.** 5 ed. São Paulo: Editora Ática, 2002. vol. único.

REZENDE, Letícia Marcondes. **Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais.** 2000. Tese (Livre-docência em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2000.

_____. **A complementaridade linguística e as construções comparativas.** VIII Anais do GEL. Assis, 1984.

RUSSELL, Bertrand. **História do pensamento ocidental.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** Organizado por Charles Bally e Albert Sechehaye com a colaboração de Albert Riedlinger. 29. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

VIGNAUX, Georges. Entre linguistique et cognition: des problématiques de l'énonciation à certains développements tirés de l'oeuvre d'Antoine Culioli. In: BOUSCAREN, Janine; FRANCKEL, Jean-Jacques; ROBERT, Stephane. (Eds.). **Langues et langage: problèmes et raisonnement en linguistique: mélanges offerts à Antoine Culioli.** Paris: Presses Universitaires de France. p. 565-582, 1995.

VOGT, Carlos. **O intervalo semântico.** 2. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2009.

WAMSER, Camila Arndt. **Atividade epilinguística em sala de aula: as interpretações naturais feitas pelos alunos**. 2013. 187 p. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

Recebido em: 10/08/2016. Aceito em: 21/10/2016.